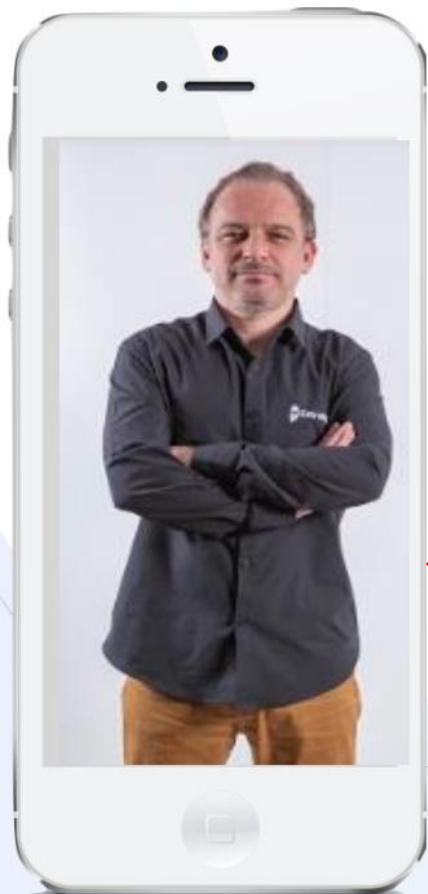




Estratégia
Concursos

Leandro Signori



Telegram

<https://t.me/profleandrosignori>



[@profleandrosignori](#)



[Leandro Signori](#)



Estratégia
Concursos



RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

JULHO DE 2023

Prof. Leandro Signori



FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

O que você precisa saber sobre a reforma tributária?



A Câmara dos Deputados aprovou, em julho de 2023, a reforma tributária (PEC 45/19). Ela visa **simplificar os impostos sobre consumo**, unificar a legislação de novos tributos e criar fundos para o desenvolvimento regional.

A PEC, que foi aprovada em dois turnos na Câmara, agora segue para o Senado Federal.

Para que você entenda o que está em jogo em uma reforma tributária e quais são as principais mudanças que a PEC traz, acompanhe este texto que a Politize! preparou.

Como assim, uma reforma tributária?

A reforma tributária é uma proposta para alterar leis sobre impostos e tributos. Essas mudanças cobrem quais impostos devem ser pagos e as formas de cobrança em todo o território nacional.

Apesar de certo consenso sobre a necessidade de mudanças, esse assunto é complexo. Por isso, a PEC 45/19 é uma proposta que vem sendo debatida e negociada há muito tempo, porém só veio ser aprovada em 2023.

O objetivo dessa reforma é **simplificar o sistema tributário e torná-lo mais transparente**. Uma reforma no sistema tributário de um país pretende ajustar, portanto, o processo de arrecadação sobre a produção e a comercialização de bens e a prestação de serviço, base tributável compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

O que a reforma tributária propõe?

Entenda, então, as principais mudanças da PEC e como essa mudança ocorrerá na prática.

☐ Criação do IVA

Na PEC 45/19, há a sugestão da criação do IVA, que significa Imposto sobre o Valor Agregado. Nesse sentido, a proposta é que cinco impostos sejam substituídos por dois IVAs, ou IVA dual. Sendo assim, a mudança será:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): terá competência federal e substituirá o PIS, Cofins e IPI, três tributos federais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): a gestão será compartilhada entre estados e municípios e unifica o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

A reforma não estabelece os valores dos IVAs, porém prevê cobranças reduzidas e isenções para alguns bens e serviços. Dessa forma, pretende-se criar alíquotas de referência, ou seja, uma tabela de preços que oriente as cobranças a níveis federal, estadual e municipal durante o período de transição.

As alíquotas de referência serão definidas e fixadas pelo Senado Federal, mas só estarão em vigor até que as leis federal, estadual ou municipal definam as alíquotas sob sua responsabilidade.

Bernard Appy, secretário extraordinário da reforma tributária do ministério da fazenda, estima que a alíquota ideal seria de 25%.

IPÉA → 28%

❏ Conselho Federativo

O Conselho Federativo irá centralizar a arrecadação do futuro IVA estadual e municipal. A sua composição e peso de decisão de cada estado ficou da seguinte forma:

- 27 conselheiros representando os 26 estados e o Distrito Federal;
- 14 representantes eleitos representando os municípios, cujo peso do voto será igual;
- 13 representantes eleitos representando os municípios, cujo peso do voto será ponderado pelo número de habitantes das suas cidades.

As decisões do conselho, portanto, serão tomadas mediante o voto do conselho eleito. O formato adotado (que atribui peso ao voto) surgiu de um pedido dos governadores de estados populosos, temendo perder a autonomia na gestão dos recursos arrecadados. Assim, solicitaram a criação de um mecanismo de paridade nas deliberações.

❑ Fundo de Desenvolvimento Regional

A reforma tributária criará o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), cujo objetivo será reduzir as desigualdades regionais. Porém, a proposta só tem previsão de iniciar em 2029.

Em seu primeiro ano de aplicação, será investido no fundo o total de R\$ 8 bilhões, que irá aumentando progressivamente até 2032. A partir de 2033, será destinado ao FDR o valor de R\$ 40 bilhões por ano.

Ainda não está definido como os recursos serão distribuídos entre os estados.

❑ Cesta básica nacional

O relator da reforma, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) incluiu no texto a **criação de uma cesta básica nacional de alimentos com isenção de tributos**. Assim, uma lei complementar deverá definir quais serão os produtos alimentícios que farão parte dessa cesta.

A estes alimentos, as alíquotas previstas para os IVAs serão reduzidas a zero.

❑ **Cashback**

O conceito de “cashback” estabelecido na reforma tributária, é um **mecanismo que prevê a devolução de impostos para um público determinado**. O objetivo é reduzir as desigualdades de renda.

Essa também será uma medida que só será regulamentada mediante a criação de lei complementar.

❏ Imposto do 'pecado'

A PEC 45/19 prevê também a **criação de um Imposto Seletivo destinado a bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente**, como cigarros e bebidas alcoólicas.

A cobrança poderá incidir em qualquer fase da cadeia produtiva, podendo ser na produção ou na comercialização.

O imposto será de competência federal, porém a arrecadação será dividida com os estados e municípios.

☐ Isenções

Através de lei complementar, alguns bens poderão ser isentos da cobrança dos IVAs. Veja na lista, abaixo, alguns exemplos do que poderá ficar isento da cobrança:

- Medicamentos específicos, como aqueles utilizados para o tratamento contra o câncer;
- Produtos voltados para a saúde menstrual;
- Dispositivos médicos ou de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Produtos alimentícios, como hortícolas, frutas e ovos;
- Serviços de educação de ensino superior (Prouni);
- Dentro outros.

☐ **Tributação da renda e do patrimônio**

A reforma prevê a possibilidade de aplicar imposto progressivo em decorrência do impacto ambiental do veículo em questão. Na prática, significa tributar bens de alto valor com fins recreativos da mesma forma que carros populares são tributados.

O relator afirma que o texto não prevê a cobrança para aeronaves ou barcos para fins de atividade produtiva. O objetivo é apenas alcançar pessoas com alto poder aquisitivo que, com a lei atual, não são tributadas.

Haverá, ainda, atualização na base de cálculo do IPTU, a partir dos critérios definidos em leis municipais. Tal mudança ficará a cargo das prefeituras.

Outro destaque no texto se dá sobre a reforma da tributação da renda, pois a PEC 45/19 orienta que, em até 180 dias após a promulgação da proposta, o governo envie ao Congresso Nacional uma proposta para esta alteração na forma de arrecadação do imposto de renda.

❏ Entidades religiosas

A pedido da bancada evangélica da Câmara, foi incluído no texto um dispositivo que **proíbe os governos federal, estadual e municipal de criar impostos para atividades de templos religiosos.**

Nesse sentido, **estará proibida a cobrança de tributos para entidades religiosas, templos de qualquer culto, assim como organizações assistenciais e beneficentes que estejam vinculadas a entidades e templos.**

☐ Fase de transição

Além de querer saber o que a reforma tributária mudará na prática, a grande dúvida que se tem é: a partir de quando as mudanças entrarão em vigor.

O período de transição para a nova forma de arrecadação tributária irá durar sete anos, entre 2026 e 2032.

Em 2026, será a etapa chamada de teste e, nesta fase:

- IVA federal terá alíquota de 0.9%;
- IVA estadual e municipal terá alíquota de 0,1%.

Em 2027, o PIS e Confins serão extintos e a alíquota do IPI será reduzida a zero, exceto produtos que tenham industrialização na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Em 2029, haverá a redução escalonada da cobrança dos tributos estadual e municipal. Sendo assim, a cada ano a alíquota do ICMS e ISS será reduzida progressivamente ao passo que as alíquotas do IVA estadual e municipal serão elevadas gradualmente a fim de igualar a arrecadação original dos tributos que serão extintos.

Em 2032, pretende-se concluir o período de transição.

❑ Mas, então, eu vou pagar mais impostos?

O governo federal e o relator da PEC 45/19, o deputado Aguinaldo Ribeiro, afirmam que **não haverá aumento da carga tributária, de modo geral, para a população.**

Segundo o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, as mudanças terão efeito neutro no conjunto de impostos pagos no país. Dessa forma, o objetivo não será acrescentar ou diminuir a soma total dos impostos pagos atualmente.

O que pode ocorrer é, em alguns casos e localidades, os tributos de determinados produtos virem a diminuir ou aumentar. Porém, essa diferença na cobrança será equilibrada dentro do conjunto total.

Então, conforme exemplo dado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ao passo que um salão de beleza passe a pagar mais impostos, por outro lado, estará gastando menos ao comprar insumos, como xampus e cremes de cabelo cuja tributação deverá ser reduzida. Ou seja, os gastos serão compensados.

Por outro lado, nesse ponto da reforma há muita divergência, pois há setores que temem ter que pagar mais impostos, como é o caso de profissionais liberais. Uma vez que a alíquota será distribuída ao longo da cadeia produtiva, nesse cálculo, haverá diferenciação no peso dos impostos para cada setor da economia. Dessa forma, a depender do hábito de consumo ou ramo de atuação, a compensação pode não ser tão evidente.

❑ Entenda como a votação para aprovação ocorreu

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados por:

- 1º turno: 382 votos a favor, 118 contra e três abstenções;
- 2º turno: 375 votos a favor, 113 contra e três abstenções.

Após ser aprovada, a PEC segue para ser votada no Senado Federal. A Casa Legislativa deverá realizar a votação em dois turnos e depende que três quintos dos votos sejam favoráveis.

Caso o Senado altere o texto de forma significativa, ele voltará à Câmara para ser votado novamente.

Agência Fitch eleva nota de crédito do Brasil de BB- para BB



A agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável. O país havia sido rebaixado para o patamar BB- em 2018, em meio à crise nas contas públicas e pela não aprovação, na época, da reforma da Previdência no governo de Michel Temer.

"A atualização do Brasil reflete um desempenho macroeconômico e fiscal melhor do que o esperado em meio a sucessivos choques nos últimos anos, políticas proativas e reformas que apoiaram isso e a expectativa da Fitch de que o novo governo trabalhará para melhorias adicionais", diz o comunicado da Fitch.

A nova classificação ainda indica um "grau especulativo" — o que, segundo as agências de risco, aponta que o Brasil está menos vulnerável ao risco no curto prazo, mas segue enfrentando incertezas em relação a condições financeiras e econômicas adversas.

Brasil sem selo de bom pagador

Veja nota do país nas principais agências de risco

Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's	Significado na escala
AAA	Aaa	AAA	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	Aa1	AA+	
AA	Aa2	AA	
AA-	Aa3	AA-	
A+	A1	A+	
A	A2	A	
A-	A3	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	Grau de investimento, qualidade média
BBB	Baa2	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	Categoria de especulação, baixa classificação
BB	Ba2	BB	
BB-	Ba3	BB-	
B+	B1	B+	
B	B2	B	
B-	B3	B-	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CCC	Caa1	CCC+	
CC	Caa2	CCC	
C	Caa3	CCC-	
RD	Ca	CC	
D	C	C	
		D	

A agência, contudo, indica que o Brasil alcançou progresso em importantes reformas para enfrentar os desafios econômicos e fiscais desde seu último rebaixamento. São citadas, em específico, a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central, aprovadas pelo governo de Jair Bolsonaro, além do arcabouço fiscal e a reforma tributária, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O relatório pondera ainda que, apesar de Lula defender "um afastamento da agenda econômica liberal dos governos anteriores", a agência espera que desvios sejam contidos pelo "pragmatismo e pelos freios e contrapesos institucionais".

E a agência reconhece que, apesar de parte das reformas do novo governo ainda não terem sido concluídas no Congresso, o governo Lula conseguiu garantir governabilidade para encaminhar sua agenda política e econômica.

A Fitch revisou a projeção de crescimento de 0,7% para 2,3% em 2023. A agência diz que, apesar de uma escalada da taxa básica de juros durante a pandemia, o país demonstrou uma recuperação saudável e um mercado de trabalho em ascensão.

Em nota, o Ministério da Fazenda reiterou seu "compromisso com a agenda de reformas em curso" e diz que contribuirá "não apenas para o melhor balanço fiscal do governo, mas também levará à redução das taxas de juros e à melhoria das condições de crédito, ao mesmo tempo em que assegurará a estabilidade dos preços".

"Desta forma, serão criadas as condições para a ampliação dos investimentos públicos e privados e a geração de empregos, aumento da renda e maior eficiência econômica, elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país", diz a pasta.

A agência S&P também elevou há um mês a perspectiva brasileira para positiva. Mas a agência reafirmou o rating de crédito soberano em "BB-".

Pontos positivos e negativos

A agência Fitch lista ainda alguns dos motivos que beneficiam e prejudicam a nota de crédito do país.

Segundo a agência, além dos próprios avanços de controle fiscal nos últimos anos, os ratings do Brasil são sustentados por:

- ☐ uma economia grande e diversificada;
- ☐ alta renda per capita;
- ☐ um grande mercado doméstico;
- ☐ um grande colchão de caixa que sustenta a flexibilidade de financiamento soberano;
- ☐ sua alta parcela da dívida em moeda local;
- ☐ capacidade de absorção de choques, sustentada por uma taxa de câmbio flexível;
- ☐ reservas internacionais robustas;
- ☐ uma posição soberana líquida de credores externos.

Por outro lado, a Fitch indica que os ratings do país são limitados especialmente pela:

- ☐ alta dívida do governo;
- ☐ rigidez fiscal;
- ☐ fraco potencial de crescimento econômico;
- ☐ pontuações de governança relativamente baixas.

Como funcionam as notas de crédito?

As agências têm uma longa escala de classificação, com mais 20 notas. Em resumo, são dois terrenos e uma "muralha": quem está a partir de um determinado nível tem o carimbo de grau de investimento. Quanto mais longe do muro, mais eficiente, confiável, robusta é a economia e menor o seu risco.

O grau de investimento é um selo de qualidade que assegura aos investidores um menor risco de calotes. A partir da nota de risco que determinado país recebeu, os investidores podem avaliar se a possibilidade de ganhos (por exemplo, com juros maiores) compensa o risco de perder o capital investido com a instabilidade econômica local.

E o inverso é verdadeiro: quando o país perde o status de grau de investimento, é comum que perca possibilidades de investimento. Alguns fundos de pensão internacionais, de países da Europa ou Estados Unidos, por exemplo, seguem a regra de que só se pode investir em títulos de países que estão classificados com grau de investimento por agências internacionais.

O Brasil conquistou o grau de investimento pelas agências internacionais Fitch Ratings e Standard & Poor's pela primeira vez em 2008. Em 2009, conseguiu a classificação pela Moody's.

A S&P foi primeira a tirar o selo de bom pagador do Brasil, em setembro de 2015, ação que foi seguida pelas outras duas grandes agências internacionais, Fitch e Moody's.

Segundo analistas de mercado, historicamente, países costumam levar cerca de 5 a 10 anos para recuperar o selo de país bom pagador.

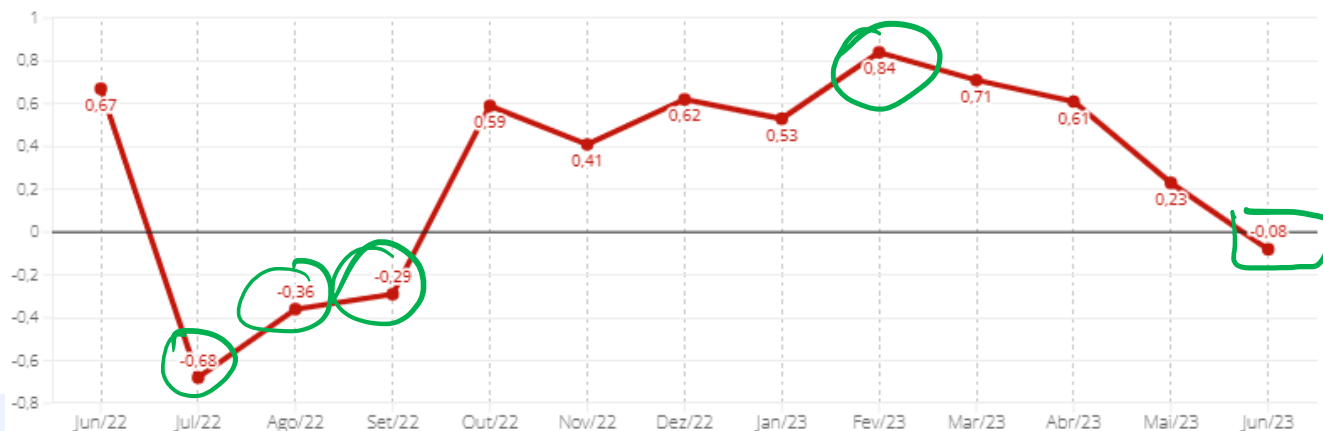
IPCA cai 0,08% em junho e tem primeira deflação em 2023

IPCA – Inflação oficial mês a mês

Variação (%) na comparação com o mês anterior

Clique nas linhas para visualizar outros valores

● Variação



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador considerado a inflação oficial do país, caiu 0,08% em junho, segundo dados divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa foi a primeira deflação desde setembro de 2022, quando os preços ao consumidor registraram uma queda de 0,29% no mês. Para o mês de junho, foi a menor variação desde 2017, quando também houve recuo de preços de 0,23%. Em junho de 2022, o índice teve alta de 0,67%.

Desde fevereiro, o resultado do IPCA vem em desaceleração gradual. Em maio, o indicador teve um avanço de 0,23%, abaixo das expectativas de mercado.

Com isso, o país passa a ter uma inflação acumulada de 3,16% na janela de 12 meses. No ano, acumula alta de 2,87%.

Quatro dos nove grupos do IPCA tiveram queda em junho. O indicador geral foi puxado para baixo especialmente pelos grupos de Alimentação e bebidas (-0,66%), e Transportes (-0,41%).

Segundo André Almeida, analista do IBGE, os dois grupos são os "mais pesados" dentro da cesta de consumo das famílias e representam cerca de 42% do IPCA. "A queda nos preços desses dois grupos foi o que mais contribuiu para esse resultado de deflação no mês de junho", explica.

Veja o resultado dos nove grupos que compõem o IPCA:

- ☐ Alimentação e bebidas: -0,66%;
- ☐ Habitação: 0,69%;
- ☐ Artigos de residência: -0,42%;
- ☐ Vestuário: 0,35%;
- ☐ Transportes: -0,41%;
- ☐ Saúde e cuidados pessoais: 0,11%;
- ☐ Despesas pessoais: 0,36%;
- ☐ Educação: 0,06%;
- ☐ Comunicação: -0,14%.

Alimentação e Transportes em queda

O principal recuo dentro do grupo de Alimentação e bebidas veio da Alimentação no domicílio, que acumulou queda de 1,07% no mês. **O principal item deflacionário foi o óleo de soja (-8,96%)**, que caiu na esteira da redução dos preços de grãos e outras commodities alimentícias.

“Nos últimos meses, os preços dos grãos, como a soja, caíram. Isso impactou diretamente o preço do óleo de soja e indiretamente os preços das carnes e do leite, por exemplo. Essas commodities são insumos para a ração animal, e um preço mais baixo contribui para reduzir os custos de produção. No caso do leite, há também uma maior oferta no mercado”, explica André Almeida, do IBGE.

O IBGE também destaca quedas relevantes nos preços de frutas (-3,38%), leite longa vida (-2,68%) e carnes (-2,10%). A alimentação fora de casa teve alta de 0,46%, mas desacelerou em relação ao mês anterior, em que havia subido 0,58%.

Outro destaque importante foi mais uma redução do grupo Transportes, com redução de preços de todos os combustíveis. A gasolina, que tem maior peso individual no grupo, teve recuo de 1,14%. O óleo diesel caiu 6,68%. Etanol, 5,11%. Por fim, o gás veicular teve baixa de 2,77%.

As passagens aéreas seguem com alta flutuação subindo 10,96% em junho, depois de queda de 17,73% em maio. Junto com a energia elétrica residencial (ambos com 0,06 p.p.), as passagens trouxeram a maior pressão ao índice geral.

Carro zero com desconto

Ainda no grupo Transportes houve recuo nos preços dos automóveis novos (-2,76%) e dos automóveis usados (-0,93%). O subitem automóvel novo foi o de maior impacto individual no mês, com -0,09 p.p.

O resultado é efeito do programa de descontos para carros populares do governo federal, que concedeu descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para carros de pequeno porte, com valor total de até R\$ 120 mil. Foram mais de 125 mil veículo vendidos em um mês desde o lançamento da iniciativa, no início de junho.

Ao todo, foram liberados R\$ 650 milhões dos R\$ 800 milhões previstos em descontos para essa modalidade. Os R\$ 150 milhões restantes serão usados para compensar a perda de arrecadação em impostos, causada pelo desconto no preço final dos veículos.

De acordo com os cálculos de André Almeida, sem a redução de preços dos automóveis novos e usados, o IPCA de junho teria registrado alta de 0,03%.

Alta em Habitação

Na ponta oposta, o grupo Habitação (0,69%) teve a alta mais importante de junho, com a maior contribuição positiva vinda dos preços de energia elétrica residencial (1,43% e 0,06 p.p.). Na sequência, a taxa de água e esgoto (1,69%) também pressionou os preços para cima.

Segundo o IBGE, em ambos os casos, houve reajustes aplicados em algumas áreas de abrangência da pesquisa. Já a principal redução veio do gás de botijão (-3,82%), mesmo sem efeito do último ajuste de preços pela Petrobras no dia 30 de junho.

Por fim, o resultado do grupo Saúde e cuidados pessoais (0,11%) teve alta influenciada pela alta nos preços dos planos de saúde (0,38%), ainda decorrente de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Inflação de serviços

A inflação de serviços, uma das principais métricas monitoradas pelo Banco Central para uma possível redução da taxa básica de juros, a Selic, teve alta de 0,62% em junho. Trata-se de uma aceleração em relação a maio, quando houve deflação de 0,06% no mês.

Quem puxou o resultado do segmento, novamente, foi o preço de passagens aéreas e sua alta de 10,96%. Mas itens como aluguel residencial (0,78%) e condomínio (1,67%) também têm pressão importante.

Assim, a variação acumulada em 12 meses para a inflação de serviços ficou em 6,21%. É a menor taxa desde fevereiro de 2022 (5,94%).

INPC tem queda de 0,10% em junho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — que é usado como referência para reajustes do salário mínimo, pois calcula a inflação para famílias com renda mais baixa — teve queda de 0,10% em junho. Em maio, a alta foi de 0,36%.

Assim, o INPC acumula alta de 2,69% no ano e de 3% nos últimos 12 meses. Em junho de 2022, a taxa foi de 0,62%.

BYD terá 3 fábricas na Bahia, inclusive de carros elétricos



A gigante chinesa BYD ainda não confirmou a aquisição do complexo que pertencia à Ford em Camaçari (BA), mas anunciou que vai operar três fábricas no local ao mesmo tempo, um feito inédito para a empresa. O anúncio foi feito na terça-feira, 4, com a presença do governador Jerônimo Rodrigues (PT).

A BYD comunicou que vai investir R\$ 3 bilhões no complexo, que será constituído por três fábricas: a primeira será dedicada à produção de chassis para ônibus e caminhões elétricos.

A segunda vai produzir automóveis híbridos e elétricos, com capacidade estimada em 150 mil unidades/ano em sua primeira fase, podendo chegar a 300 mil unidades/ano posteriormente.

A terceira planta será voltada ao processamento de lítio e de ferro fosfato, componentes utilizados em baterias, e atenderá ao mercado externo, aproveitando a estrutura portuária existente no local.

“Este é um momento de extrema importância para a BYD nas Américas”, declarou Stella Li, CEO da BYD Américas. “As novas fábricas no Brasil vão permitir a introdução e aceleração da eletromobilidade no País, um movimento-chave para combater as mudanças climáticas e, de fato, melhorar a qualidade de vida das pessoas”, completou.

Previsto para entrar em funcionamento no segundo semestre de 2024, o novo complexo deve gerar mais de 5 mil empregos. “A contribuição social será significativa. Queremos contratar mão de obra local, a partir deste ano, para que já comecem a receber todo o treinamento e transferência de conhecimento necessários”, afirmou Tyler Li, presidente da BYD Brasil. “Na BYD, temos o forte compromisso de contribuir e gerar valor para os brasileiros”, acrescentou.

A montadora chinesa afirmou, por meio de comunicado, que pretende contribuir para o desenvolvimento regional, dando prioridade a fornecedores locais. Para a realização de obras civis, a BYD também vai priorizar a contratação de empresas estabelecidas na região.

É importante lembrar que Camaçari não será a primeira fábrica da BYD no Brasil. A empresa já conta com uma planta localizada em Campinas (SP), onde produz chassis e ônibus elétricos desde 2015.

A partir de 2017, construiu outra unidade dedicada à fabricação de painéis fotovoltaicos para captação de energia solar. Em 2020, uma nova instalação foi montada em Manaus (AM), para construir baterias de fosfato de ferro-lítio (LiFePO₄), usadas em caminhões e ônibus elétricos.

Censo do IBGE: Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas



O Brasil tem 1,3 milhão de pessoas que se autodeclaram quilombolas. É o que mostram dados do Censo de 2022 divulgados pelo IBGE nesta quinta-feira (27).

Estes dados são inéditos, já que **é a primeira vez que o Censo incluiu em seus questionários perguntas para identificar pessoas que se autodenominam quilombolas.**

Veja os principais destaques do Censo de 2022 sobre o assunto:

- ☐ O Brasil tem 1,3 milhão de pessoas que se identificam como **quilombolas** – **pessoas que têm laços históricos e ancestrais de resistência com a comunidade e com a terra em que vivem.** Isso corresponde a **0,65% da população total do país.**

- ❑ São quase 474 mil domicílios com pelo menos um morador quilombola – e com a média de moradores mais elevada (3,17) do que a média nacional (2,79).
- ❑ O Nordeste concentra quase 70% dos quilombolas, com grande destaque para os estados da Bahia e do Maranhão. Juntos, eles têm 50% dos quilombolas do país.
- ❑ Mesmo com essa concentração, há quilombolas em todas as regiões do país e em quase todos os estados - com exceção de Roraima e Acre.
- ❑ Quase $\frac{1}{3}$ dos quilombolas do Brasil estão na Amazônia Legal.
- ❑ Das 5.570 cidades do país, 1.696 têm moradores quilombolas (30,5%).
- ❑ 87,41% dessa população vive fora de territórios oficialmente delimitados para quilombolas.

Historicamente, os quilombos eram espaços de liberdade e resistência onde viviam comunidades de pessoas escravizadas fugitivas entre os séculos XVI e XIX. Cem anos depois da abolição da escravidão, a Constituição de 1988 criou a nomenclatura “remanescentes de comunidades de quilombos” -- expressão que foi sendo substituída pelo termo “quilombola” ao longo dos anos.

Uma pessoa que se autodetermina quilombola tem, portanto, laços históricos e ancestrais de resistência com a comunidade e com a terra em que vive.

Cidades com quilombolas

Das 5.570 cidades do país, 1.696 têm moradores quilombolas (30,5%). Apesar disso, a maioria das cidades com quilombolas tem pouquíssimas pessoas com essa autodeclaração.

Pouco mais da metade destas cidades, por exemplo, tem menos de 200 quilombolas (888 cidades). Por outro lado, há uma grande concentração de quilombolas em poucos municípios do país.

Na prática, isso quer dizer que 110 cidades concentram 50% da população quilombola do Brasil. A maioria dessas cidades está na Bahia (40), no Maranhão (32) e no Pará (14).

Em só cinco cidades brasileiras a maioria da população (mais de 50%) é quilombola, sendo duas delas no estado do Maranhão:

☐ Alcântara (MA): 84,57%

☐ Berilo (MG): 58,37%

☐ Cavalcante (GO): 57,08% — Δ CALUNGA

☐ Serrano do Maranhão (MA): 55,74%

☐ Bonito (BA): 50,28%.

Já em números absolutos, as duas primeiras cidades estão na Bahia, estado que concentra o maior número de pessoas que se autodeclararam pretas do Brasil. A capital Salvador, por exemplo, tem mais de 15 mil pessoas que se autodeclararam quilombolas:

☐ Senhor do Bonfim (BA): 15.999

☐ Salvador (BA): 15.897

☐ Alcântara (MA): 15.616

☐ Januária (MG): 15.000

☐ Abaetetuba (PA): 14.526

Amazônia Legal

Mais de 30% dos brasileiros que se autodenominam quilombolas estão na Amazônia Legal. São quase 427 mil pessoas.

A maioria dos quilombolas da Amazônia Legal está nos estados do Maranhão e do Pará (90%).

Mesmo concentrando $\frac{1}{3}$ dos quilombolas do país, chama a atenção que é na Amazônia Legal que estão os únicos dois estados do país em que nenhum habitante se autodeclara desta forma: Acre e Roraima.

Quilombos oficialmente delimitados

Quase 90% dos quilombolas (1,16 milhão no total) não mora nas 494 áreas oficialmente delimitadas para essa população.

Nesses territórios oficialmente delimitados, moram 167 mil quilombolas.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, que certifica a autoatribuição quilombola, existem quase 3 mil comunidades validadas pelo órgão no Brasil. A fundação, no entanto, não delimita terras.

Censo: 53 cidades do país têm mais residências vazias do que ocupadas



ARMAÇÃO DO SAL (RS)

Cinquenta e três municípios brasileiros têm mais residências desocupadas do que ocupadas, segundo o Censo 2022. No total, o país tem mais de 5.500 cidades.

A maior parte dos 53 municípios está concentrada no litoral. Nelas, há uma população flutuante — na temporada, como períodos de férias e feriados, o número de pessoas chega a quadruplicar.

O IBGE contabilizou 18 milhões de residências não ocupadas no Brasil, 87% a mais que na comparação com o Censo 2010. O percentual é mais que o dobro da média geral de residências, que ficou em 34%.

O instituto divide as residências vazias em dois tipos: as ocupadas ocasionalmente e as desocupadas de forma permanente. Para o Censo, um domicílio só entra na contagem oficial se efetivamente alguém mora no local. Caso não, mesmo que pessoas passem um tempo lá com frequência, o imóvel é considerado não ocupado.

No caso das 53 cidades com maiores percentuais, todas têm ampla maioria de imóveis ocupados **ocasionalmente e são conhecidas por receberem turistas que passam apenas uma temporada. Em muitos estados, há o costume de se manter uma casa de veraneio.**

Novidade após 2010

O litoral brasileiro tem 279 cidades e 12% dos imóveis recenseados pelo IBGE nessa faixa são de uso ocasional — cinco pontos percentuais a mais que a média do país, de 7%, segundo o último levantamento.

A facilidade de alugar imóveis particulares em sites e aplicativos nos últimos anos pode ser um dos motivos para a alta no índice de domicílios vazios. Em 2022, os gastos de hóspede com reservas no Airbnb, por exemplo, foram de R\$ 25 bilhões — 31% a mais que no ano anterior, segundo estudo da Oxford Economics, feito a pedido do aplicativo. **Isso já equivale a 5,3% do faturamento do turismo, diz a empresa.**

Arroio do Sal lidera ranking

Arroio do Sal (RS) lidera o ranking dos municípios com mais domicílios desocupados que ocupados. A cidade tem quase 12 mil habitantes e fica a 170 km de Porto Alegre.

A beleza do município foi um dos motivos que fez a aposentada Naira Silva, 62, decidir comprar um imóvel em Arroio do Sal. Há nove anos, ela e o marido passam alguns dias da semana no litoral e outros em Venâncio Aires (RS).

É uma cidade acolhedora, você faz amizade fácil e é um lugar para ter mais qualidade de vida. [...] Claro que a gente estranha no início, porque fora da temporada é vazia, mas adoramos ficar lá. Naira Silva, aposentada

No verão, Tibau quadruplica população

Uma das líderes em residências desocupadas do Nordeste, Tibau (RN) tem 5,4 mil habitantes, mas chega a receber 20 mil em um dia de verão. Para receber tanta gente, o município contrata profissionais de saúde e pede reforço policial, por exemplo.

Durante o período de alta temporada (dezembro ao Carnaval), cerca 100 mil pessoas passam pela cidade em busca das praias paradisíacas.

A gente se prepara já a partir de outubro para dar infraestrutura e organização no município. Hoje nosso maior público são turistas da Paraíba, que chegam em dezembro e só saem depois do carnaval. Os imóveis ficam superlotados, tanto pelos próprios donos das casas, como por aluguel. Madilene Félix, secretária de Turismo de Tibau

Litoral é atração, e Sul impulsiona

O crescimento de imóveis desocupados entre 2010 e 2022 ocorreu especialmente na região Sul, onde o turismo de aluguel temporário parece ter dado mais certo, avalia Isabela Albuquerque, especialista em estatísticas e gerente de produtos de dados da empresa Geofusion.

"É a região que puxa o crescimento nas cidades litorâneas", diz a analista. "Veja que as seis cidades que têm mais que o dobro de imóveis não ocupados que ocupados são da região."

Para ela, famílias mais ricas costumam buscar, nos cenários de volatilidade da economia, investir em imóveis pela estabilidade do mercado. Isso pode ter ocorrido devido à pandemia.

Braskem pagará R\$ 1,7 bilhão de indenização por afundamento do solo para Prefeitura de Maceió



A empresa de petroquímica Braskem firmou um acordo, nesta sexta-feira (21), com a Prefeitura de Maceió de R\$ 1,7 bilhão por causar o afundamento do solo em determinados bairros ao explorar minério na capital de Alagoas.

O valor será destinado a obras nos bairros e para a criação do Fundo de Amparo aos Moradores (FAM). A empresa afirmou que "o Termo de Acordo Global estabelece a indenização, compensação e ressarcimento integral do município de Maceió em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial por ele suportado, e está sujeito à homologação judicial", em nota divulgada nesta sexta-feira aos acionistas e ao mercado.

Já a Prefeitura enfatizou que "o acordo não invalida as ações ou negociações entre a Braskem e os moradores das regiões afetadas".

Os afundamentos começaram em fevereiro 2018, quando cinco bairros de Maceió (Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Farol) foram atingidos por conta da extração de sal-gema, que é formado no subsolo, a cerca de mil metros da superfície. Na ocasião, cerca de 14 mil imóveis foram condenados e 60 mil pessoas tiveram que deixar as próprias casas.

O caso chegou a ser encaminhado à 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual foram apresentadas as violações de direitos das pessoas atingidas entre 28 e 30 de junho deste ano.

Segundo Evelyn Gomes, dirigente do LabHacker e que participou das audiências da ONU, “teve algumas mortes indiretas, tiveram alguns suicídios que ainda estão sendo contabilizados. A imprensa não olhou para Alagoas, para a vida de 60 mil pessoas e mais toda uma população ao redor”, disse. “Acredito que por estarmos no Nordeste a invisibilidade é muito forte”, complementou.

A ativista também afirmou que os auxílios não foram suficientes para reparar os danos desse caso. “O Bebedouro era um bairro histórico. O valor é incalculável para a perda cultural que tinha ali. Ninguém queria sair de suas casas. Então as pessoas se sentem injustiçadas pelos valores que receberam e uma não pode contar para outra quanto recebeu porque há um termo de sigilo em seus acordos”, concluiu.

Controlada pelo grupo Odebrecht, hoje chamado Novonor, **a empresa Braskem explora sal-gema em jazidas encontradas na década de 1960 na área urbana de Alagoas**, sob anuência da ditadura militar e, posteriormente, de governos estaduais e municipais, além de órgãos de fiscalização.

Para alcançar o minério, é necessário escavar a uma profundidade de cerca de mil metros. Com a exploração desenfreada de minas muito próximas umas das outras, um colapso provocou tremores de 2,5 pontos na escala Richter em 2018.

Na época, o desastre foi tratado como “natural”, mas um estudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) constatou a relação com as atividades mineiras, e a exploração foi paralisada em março de 2019.

Naquele ano, foi criado o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), alvo de protestos e criticado até hoje por não levar em consideração a dimensão total dos impactos e que, segundo a própria empresa, até hoje **só efetuou a indenização de cerca de 9.500 pessoas.**

Muitas famílias deixaram suas casas e nunca foram indenizadas, enquanto outras ainda vivem em casas sob risco de afundamento, como é o caso das comunidades Flexal, que sequer foram incluídas no PCF e, quatro anos depois, vivem em bairros-fantasma, sob insegurança, com falta de serviços públicos, ruas alagadas e em casas com grandes rachaduras em risco de desabamento.

No Amazonas, Rosa Weber lança primeira Constituição traduzida para língua indígena



A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, lançou nesta quarta-feira (19) a **primeira Constituição da história do Brasil traduzida para uma língua indígena**. O idioma escolhido para o projeto foi o **Nheengatu**, conhecido como o **tupi moderno**.

O lançamento foi feito na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM). **O Nheengatu é uma das quatro línguas cooficiais do município, conhecido como o mais indígena do país.**

Para Weber, a tradução representa um momento “histórico” e “símbolo do compromisso da garantia de que todos os povos indígenas tenham acesso à Justiça e conhecimento das leis que regem o país”.

Conforme a ministra, a Constituição já havia sido traduzida antes para inglês e espanhol, mas nunca para um idioma nativo do Brasil.

Também acompanharam a atividade a ministra do STF, Cármen Lúcia, e a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, além da presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana.

Em seu discurso durante o lançamento, Rosa Weber fez diversas reverências ao movimento indígena e à necessidade de proteção dos territórios.

“Por meio da nossa Constituição cidadã, indígenas tiveram seus direitos à diferença reconhecidos”, afirmou. “Não foi só isso. Os artigos 231 e 232 reconhecem os direitos territoriais dos povos indígenas como originários e imprescindíveis para preservação de sua cultura e organização social, segundo seus usos, costumes e tradições”.

“Esses dispositivos reconhecem mais. Reconhecem a proteção e o dever de proteção do Estado brasileiro, de desenvolvimento de políticas voltadas à inclusão e preservação das culturas indígenas, inclusive do direito de acesso à Justiça e a legitimidade de comunidades e organizações indígenas a demandarem seus próprios direitos perante o Poder Judiciário”, declarou.

A fala da ministra ecoa os impactos da tese do marco temporal, em julgamento no STF, especialmente sobre o que se entende como “direitos originários”.

Pela tese, defendida por ruralistas, os povos indígenas só podem reivindicar territórios que estavam ocupando na data da promulgação da Constituição em 1988.

A análise do caso na Corte foi interrompida no começo de junho por um pedido de vista do ministro André Mendonça. O magistrado tem até 90 dias para devolver o processo para julgamento, mas disse na ocasião que se comprometia a entregar antes. A própria Rosa Weber disse, durante a sessão, que gostaria de votar na ação – ela se aposenta no começo de outubro.

No momento, o placar contra o marco temporal está 2 a 1, com diferenças nos votos contrários ao marco.

Constituição em língua indígena

A tradução da Constituição para o Nheengatu foi feita por indígenas bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós.

O projeto foi realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Amazonas, com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional e da Academia da Língua Nheengatu.

Segundo o STF, a iniciativa visa promover os direitos dos povos indígenas no marco da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas. Também tem o objetivo de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da Agenda 2030, cuja finalidade trata da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, e garantias para o acesso à justiça para todos.

Governo federal oficializa o fim das escolas cívico-militares



Um **decreto do governo federal** publicado nesta sexta-feira (21) **revoga o documento** editado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) **que criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.**

De acordo com o ato, o ministério da Educação terá prazo de 30 dias para estabelecer um plano de transição da modalidade escolar. “Com vistas ao encerramento das atividades, [...] por meio de pactuação realizada com as secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, diz o texto.

A medida já havia sido antecipada pelo MEC na semana passada. Na ocasião, o ministro da pasta, Camilo Santana, informou que as 202 escolas que adotaram o sistema vão migrar para o sistema tradicional de ensino até 2024.

A justificativa dada pelo governo para encerrar o programa está ligada a questões administrativas. “Não há base legal para o ministério, que repassa dinheiro ao Ministério da Defesa, para pagar profissionais para estarem nas escolas nos municípios e nos estados”, afirmou Camilo Santana a jornalistas.

19 estados decidem manter escolas cívico-militares

Os governos do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo já confirmaram que vão manter as escolas cívico-militares. O Espírito Santo possui dez unidades, enquanto o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo possuem 16 escolas cada.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou no Twitter que o estado emitirá um decreto para regular seu próprio programa de escolas cívico-militares e expandir o formato para todo o estado. Ele destacou a importância de um ensino de qualidade e da transmissão de valores corretos para os jovens, mencionando que foi aluno do Colégio Militar.

Na região norte, os estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Pará e Tocantins manifestaram a intenção de manter o modelo cívico-militar. Apenas o Amapá ainda está definindo estratégias em relação à administração das escolas.

No Nordeste, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia não aderiram ao programa do governo federal, mas deram autonomia aos municípios para decidirem. O Maranhão e Sergipe sinalizaram a continuidade do modelo. Alguns municípios, como Maracanaú e Juazeiro do Norte no Ceará, manterão o programa ativo em algumas escolas, enquanto outros ainda estão decidindo.

Na região Centro-Oeste, os governos de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal decidiram seguir com o programa. Todos os estados da região Sul anunciaram a continuidade do programa.

Escolas cívico-militares: entenda por que o Ministério da Educação decidiu acabar com o programa



A nota técnica do Ministério da Educação que embasou o fim do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) avaliou que o **programa desvia a finalidade das Forças Armadas, comprometeu recursos que poderiam ser mobilizados em outra prioridade e questionou a capacidade de o modelo solucionar problemas do ensino público.**

Em um dos trechos mais duros, o documento chega a afirmar que os investimentos para manter militares reformados nas escolas públicas em atividades de assessoria e suporte “parecem debochar da escassez de recursos que as redes de ensino conseguem mobilizar para o pagamento de seu próprio pessoal”.

O documento, assinado pelo secretário de Educação Básica substituto Alexsandro do Nascimento Santos, ressaltou que oficiais superiores, como os coronéis, recebem gratificações que passam de R\$ 9 mil.

O governo Bolsonaro gastou, entre 2020 e 2022, quase R\$ 100 milhões em escolas cívico-militares. Em 2023, a administração do presidente Lula zerou os empenhos.

No seu auge, com cerca de 200 escolas mantidas em parceria do MEC com estados ou municípios, o programa atendia apenas 0,1% das escolas públicas. Mesmo assim, em 2021 e 2022, o programa ficou entre as 15 maiores verbas discricionárias, em que o ministro tem poder de decisão de onde gastar, da educação básica.

"O programa foi um desvio de foco, tempo e recursos públicos, com tanta política importante a ser priorizada. É um absurdo o que foi dedicado a esse programa", criticou o diretor de Políticas Públicas do Todos Pela Educação, Gabriel Corrêa.

Criado em 2019, o programa defendia que os colégios do Exército, das Polícias Militares e dos Bombeiros eram modelos que podiam ser replicados e resolveriam os problemas das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Santos argumentou na nota técnica que essa ideia “causa espanto”, já que, segundo ele, essas unidades possuem “finalidade, funcionamento e estrutura absolutamente diferente”.

“A ideia de que a vulnerabilidade social nos territórios em que funcionam nossas escolas públicas possa ser resolvida a partir de dispositivos, modelos ou estruturas de ação próprias dos colégios militares também parece ecoar uma história social brasileira que alimenta uma profunda **aporofobia, classificando os pobres (e a pobreza) como um problema relacionado à criminalidade, à falta de disciplina, à sua preguiça ou à sua falta de patriotismo e civismo**”, escreveu o autor.

Ainda de acordo com a nota técnica, os colégios militares, em sua regulação, não possuem a finalidade de atender a todos. “Assume-se que o modelo ali definido é baseado na ‘seleção pelo mérito’”, diz o documento. A escola pública, contrapôs a nota, é universal por “definição normativa e por orientação ética”.

Além disso, o documento aponta que “há um equívoco inaugural no modelo da contratação” dos militares. A forma utilizada era por prestação de tarefa por tempo certo que, segundo a lei federal que o regulamenta, é “uma medida de gestão de pessoal militar que tem por fim permitir a execução de atividades de natureza militar por militares inativos possuidores de larga experiência profissional e reconhecida competência técnico-administrativa”.

De acordo com o autor, “não há que se falar em execução de atividades de natureza militar no âmbito das escolas de educação básica regulares”. Ele argumenta que as instituições educacionais possuem outra natureza e as atividades ali desenvolvidas em nada se confundem com atividades de natureza militar.

Veja os principais trechos da justificativa

❑ Aporofobia

Na Exposição de Motivos apresentada quando da propositura do Decreto, é possível ler o seguinte: ‘A motivação para a institucionalização do Programa decorre da necessidade de adaptação das escolas regulares de Ensino Fundamental e Médio, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade social, em Escolas Civico-Militares, com ênfase na gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseadas nos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares’.

Causa espanto que a visão instaurada na propositura interprete que os problemas graves e complexos de vulnerabilidade social que emergem nas regiões mais pobres do país e que impactam a estrutura e o funcionamento da escola pública possam ser resolvidos ou tratados a partir de um “modelo de excelência de gestão” desenhado para colégios de natureza militar, com finalidade, funcionamento, estrutura e lugar institucional absolutamente diferente daqueles que organizam e movimentam os sistemas municipais e estaduais de educação.

É como se julgássemos que a vulnerabilidade social dos territórios é um tema de política militar e não de política social e que o encaminhamento de suas soluções passa pelo controle, hierarquia, disciplina e ordem que alicerçam a institucionalização das Forças Armadas no Brasil.

A ideia de que a vulnerabilidade social nos territórios em que funcionam nossas escolas públicas possa ser resolvida a partir de dispositivos, modelos ou estruturas de ação próprias dos Colégios Militares também parece ecoar uma história social brasileira que alimenta uma profunda aporofobia, classificando os pobres (e a pobreza) como um problema relacionado à criminalidade, à falta de disciplina (dos pobres), à sua preguiça ou à sua falta de patriotismo e civismo.

Tal campo discursivo opta por ignorar que a pobreza e a vulnerabilidade social são consequências de uma história de sustentação de desigualdades inaceitáveis e, longe de ser 'culpa' dos pobres e vulnerabilizados, é um fardo que nossa sociedade insiste em lançar sobre seus ombros.

Desvio de Finalidade

Os colégios militares, que têm sua regulação prevista na Lei 9.786/1999 não possuem a finalidade institucional de atender a todos os cidadãos e nem assumem o compromisso de acolher qualquer pessoa que busque participar de seu corpo discente. Ao contrário, no capítulo II do referido diploma legal, ao declarar os princípios que organizam o ensino nos colégios militares, assume-se que o modelo ali definido é baseado na “seleção pelo mérito”.

A escola pública regular é universal por definição normativa e por orientação ética. Não existe qualquer possibilidade jurídica de a escola pública organizar-se por um modelo de gestão que pressupõe, por exemplo, que um princípio organizador da escola seja a “seleção pelo mérito” ou a expectativa de que os estudantes desenvolvam um “condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais”. A excelência de gestão dos colégios militares serve às finalidades e características da estrutura e funcionamento dos colégios militares e, ao ser “transferido” para as escolas públicas, como um padrão a ser atingido, produz distorções gravíssimas que afetam toda a dinâmica escolar.

Investimentos robustos

Os investimentos robustos para manter militares reformados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio em atividades de assessoria e suporte parecem debochar da escassez de recursos que as redes de ensino conseguem mobilizar para o pagamento de seu próprio pessoal. Se, no caso de um oficial de graduação superior, a remuneração média mensal empenhada a título de gratificação para exercer atividades orbita na casa dos R\$ 8 mil, pouquíssimos diretores das escolas em que eles atuam alcançam isso como salário.

Assim sendo, não é surpreendente que, quando o poder público oferece a promessa de investimentos robustos de infraestrutura e de uma gestão com a força de imposição que o signo das forças militares mobiliza às comunidades escolares empobrecidas e que contam com escolas nas quais a infraestrutura física é precária e o sistema de alocação dos professores não garante uma estabilidade e regularidade do corpo docente, o resultado seja um grau razoável de aceitação e engajamento com o modelo preconizado pelas escolas cívico-militares estaduais ou vinculadas ao Pecim.

Conclusão

Nossa análise preliminar, salvo melhor juízo, conclui que as características do Programa e sua execução até agora indicam que sua manutenção não é prioritária e que os objetivos definidos para sua execução devem ser perseguidos mobilizando outras estratégias de política educacional. Desaconselhamos que o Programa seja mantido por compreendermos que:

- a) há problemas de coesão/coerência normativa entre sua estrutura e os alicerces normativos do sistema educacional brasileiro;
- b) o programa induz o desvio de finalidade das atividades das forças armadas, invocando sua atuação em uma seara que não é sua expertise e não é condizente com seu lugar institucional no ordenamento jurídico brasileiro;

c) a execução orçamentária dos recursos de assistência financeira destinados às escolas do Programa ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2021 foi irrisória, comprometendo investimentos que poderiam ser mobilizados em outras frentes prioritárias do Ministério da Educação e, salvo melhor juízo, indicando ineficiência no processo de implementação;

d) a justificativa para a realização do Programa apresenta-se problemática, ao assumir que o modelo de gestão educacional, o modelo didático-pedagógico e o modelo de gestão administrativa dos colégios militares seriam a solução para o enfrentamento das questões advindas da vulnerabilidade social dos territórios em que as escolas públicas estão inseridas e que teriam as características necessárias para alcançar o tipo de atendimento universal previsto para a educação básica regular, ignorando que colégios militares são estruturalmente, funcionalmente, demograficamente e legalmente distintos das escolas públicas regulares.

Governo institui cordão de girassol como símbolo de deficiências ocultas



Tornar o invisível visível é uma das missões do colar de girassol aprovado no último dia 17 como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. As outras são fomentar a empatia, o respeito e principalmente a educação e a conscientização em relação às diferenças.

A lei que institui o símbolo foi sancionada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e estabelece que **o uso do cordão é opcional e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.**

O **texto, incorporado ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**, afirma ainda que a utilização do item não dispensa a apresentação de documento que comprove a deficiência em caso de solicitação pelo atendente ou pela autoridade competente —medida fundamental para evitar o uso indiscriminado, segundo Flavia Callafange, diretora da Hidden Disabilities Sunflower na América Latina.

A empresa representa a causa das deficiências ocultas em diferentes países e é responsável por promover o símbolo, criado em 2016 a partir de uma demanda da equipe do aeroporto de Gatwick, na Inglaterra.

Os funcionários queriam algo que passageiros com deficiências ocultas pudessem usar para sinalizar a necessidade de atenção especial e, após reuniões com entidades voltadas ao cuidado de pessoas com autismo e Alzheimer, chegaram ao modelo: um cordão verde com girassóis que representam confiança, crescimento e força, além de transmitir felicidade e positividade.

"O cordão em si não dá lugar na fila e não garante direitos. Ele serve para pedir empatia, respeito e paciência", ressalta Callafange.

A executiva conheceu o potencial do símbolo no fim do ano passado, ao viajar de avião com a filha e receber um cordão da companhia aérea. "Ela tem autismo, é muito agitada e os passageiros terminavam reclamando. Dessa vez, porém, eles olhavam e sorriam, conversavam com ela."

Após a experiência, Callafange quis conhecer a HD Sunflower e se tornou representante da empresa. Nos últimos meses, ela tem ido a Brasília para divulgar o projeto original e trabalhado para fechar parcerias com aeroportos, companhias aéreas e parques.

A proposta é que as empresas treinem seus funcionários para atender pessoas com deficiências ocultas e entreguem gratuitamente o cordão aos clientes com essas condições.

"Quando entrei, estava olhando para a minha filha, para o autismo, mas é um universo. Os outros, aqueles que têm deficiências invisíveis, são muitos."

Na lista, estão condições **como TEA (transtorno do espectro autista), câncer, asma, transtorno de ansiedade, anosmia (perda do olfato), transtorno bipolar, epilepsia, fibrose cística, fibromialgia e esclerose múltipla.**

Esquizofrenia, dispraxia, doença de Crohn, lúpus, doença de Lyme e disautonomia (transtorno que afeta o sistema nervoso autônomo, afetando os batimentos cardíacos e a respiração) também integram a relação.

"Vivo com disautonomia e enfrentei comentários desencorajadores de algumas pessoas devido à minha condição", escreveu a Miss Mundo Chile 2022, Ambar Zenteno, ao postar uma foto com o cordão de girassóis ao lado de Callafange.

O influenciador Ivan Baron também usou as redes sociais para divulgar o símbolo. "Precisamos agora que essa informação chegue para mais gente, a sociedade aprenda o porquê do uso desse cordão e assim respeite."

Saiba o que muda no novo decreto de armas lançado pelo governo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta 6ª feira (21.jul.2023) o **PAS (Programa de Ação na Segurança)**, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O programa estabelece mudanças em relação ao controle de armas e segurança nas escolas, além de estabelecer o pacote da democracia, que propõe punições para crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Em relação ao decreto de armas, o governo apresenta mudanças estabelecidas no governo de Jair Bolsonaro (PL), que flexibilizou o acesso às armas no país. **O novo decreto estabeleceu uma redução significativa nas permissões de uso e compra de armas para CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).**

DECRETO DE ARMAS

Os caçadores poderão adquirir até 6 armas e 3.000 munições por ano, com autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A PF e o Exército ainda podem autorizar a compra de até duas armas de uso restrito.

Colecionadores poderão ter uma arma de cada modelo, tipo, marca, variante, calibre e procedência. Este grupo não poderá colecionar armamentos automáticos, semiautomáticos, longos ou de calibre restrito com lote de fabricação tenha menos de 70 anos.

Quanto aos atiradores desportivos, Lula retomou a divisão em níveis conforme a quantidade de treinamentos do atirador. Eis as definições:

- ❑ **Nível 1:** 8 treinamentos em clube de tiro, em eventos distintos, a cada 12 meses. Concluído a exigência de formação, o atirador poderá ter até 4 armas de uso permitido com até 4.000 cartuchos por ano e 8.000 projéteis de menor calibre;
- ❑ **Nível 2:** 12 treinamentos ou 4 competições em clubes de tiro, sendo 2 obrigatórios no Estado. Ou eventos distintos, a cada 12 meses. São autorizados 8 armas de fogo, 10.000 cartuchos por ano e 16.000 munições de menor calibre.
- ❑ **Nível 3:** 20 treinamentos em clube de tiro ou participação em 6 competições, sendo duas estaduais ou internacionais, em 12 meses.

A norma também estabelece mudanças para o uso de armas para defesa pessoal. No antigo decreto, era permitido ter até 4 armas, sem precisar comprovar a necessidade, e 200 munições para cada arma por ano. Agora, fica estabelecido duas armas para defesa pessoal, com até 50 munições para cada uma delas por ano.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Defesa acordaram em transferir a fiscalização das atividades do Exército para a PF (Polícia Federal).

A elaboração de um novo decreto de armas já era falada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, desde a transição dos governos. Ainda no 1º dia de governo, Lula assinou um decreto que iniciava o processo de reestruturação da política de controle de armas no país.

As medidas, no entanto, tinham caráter transitório e já previam a redução do acesso às armas e munições. Depois, o governo montou um grupo de trabalho para discutir propostas da nova regulamentação.

PACOTE DA DEMOCRACIA

Governo apresentou projeto de lei para aumentar a pena para crimes contra o Estado Democrático de Direito. Eis as penas previstas no texto:

- ☐ 6 a 12 anos para quem organizar ou liderar movimentos antidemocráticos;
- ☐ 8 a 20 anos para quem financiar movimentos antidemocráticos;
- ☐ 6 a 12 anos para crimes que atentem contra a integridade física e a liberdade do presidente da República, do vice-presidente da República, do presidente do Senado Federal, do presidente da Câmara dos Deputados, ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República;
- ☐ 20 a 40 anos para crimes que atentem contra a vida das autoridades.

O programa apresenta também texto que autoriza bloqueio bancário e apreensão de bens em casos de crime contra a democracia.

A proposta do governo Lula não detalha de maneira minuciosa o que seria atos condenáveis por atentarem contra o Estado Democrático de Direito. Por exemplo, no caso dos atos do 8 de Janeiro, o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou e tornou, até 26 de junho, 1.290 réus. O Programa de Ação na Segurança, no entanto, não deixa claro se o projeto atinge a todos esses indiciados que estiveram dentro dos prédios públicos e depredaram algum patrimônio público.

Entre os indiciados pelo 8 de Janeiro, há pessoas que seguravam cartazes no gramado em frente ao Congresso e na Praça dos Três Poderes defendendo slogans contra a democracia, mas que não atuaram para destruir ou depredar os edifícios do local. O projeto de Lula não explica se quem segurar ou portar uma faixa ou cartaz com mensagens contra a democracia numa praça pública já estaria sujeito às penas descritas no texto.

Especialista em liberdade de expressão e integrante do Congresso que elaborou a Constituição de 1988, o ex-deputado federal e ex-ministro Miro Teixeira sustenta que as pessoas têm direito de manifestarem contra o Legislativo, o STF e a democracia.

“É diferente dizer ‘eu vou dar 1 soco na cara de 1 ministro do Supremo’, porque entra no terreno da ameaça”, afirmou em entrevista ao Poder360, em agosto de 2020. “Se não estiver armado... acho que todo mundo pode chegar ali na frente e dizer que quer fechar o Congresso. Tem o direito. É pura e simplesmente uma opinião.”

Eis o que diz o documento do governo Lula para justificar a necessidade de penas “mais severas”:

“Os atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, que culminaram em gravíssimos danos contra os Poderes do Estado e ao patrimônio público, demonstraram que o tratamento penal aos crimes contra o Estado Democrático de Direito precisa ser mais severo a fim de que sejam assegurados o livre exercício dos Poderes e das instituições democráticas, o funcionamento regular dos serviços públicos essenciais e a própria soberania nacional.”

CRIMES EM ESCOLAS

O governo apresentou também uma proposta para promover o assassinato em escolas para uma nova espécie de homicídio qualificado com pena de reclusão de 12 a 30 anos.

A pena do homicídio cometido em instituições de ensino será aumentada de $\frac{1}{3}$ até a metade, para casos em que a vítima é uma pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade. O texto também prevê aumento em $\frac{2}{3}$ se o autor for ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima.

O programa propõe a criação de um novo crime denominado “Violência em Instituições de Ensino” para casos de lesões corporais praticados dentro das instituições. Em casos de lesão corporal grave, gravíssima, lesão corporal seguida de morte ou quando o crime for cometido contra pessoa com deficiência, a pena seria aumentada em $\frac{1}{3}$.

Explosões em série matam 8 pessoas no Paraná: o que se sabe e o que falta esclarecer



Sete haitianos e um brasileiro morreram após explosões em série em um silo de secagem de grãos da C.Vale, cooperativa agroindustrial de Palotina, no oeste do Paraná, de acordo com o Corpo de Bombeiros.

O caso aconteceu na tarde de quarta-feira (26). Nesta quinta-feira (27), uma pessoa continua desaparecida.

O que aconteceu?

Na tarde de quarta-feira (26), **explosões sequenciais foram registradas em um silo de secagem de grãos da C.Vale. O local é um grande reservatório onde são armazenados produtos agrícolas.**

De acordo com o Corpo de Bombeiros, **o espaço armazenava mais de 10 mil toneladas de milho.**

Qual o estado de saúde dos feridos?

Segundo o Corpo de Bombeiros, 11 pessoas ficaram feridas no acidente, sendo nove em estado grave. Os nomes não foram divulgados.

De acordo com a cooperativa, dos feridos, 10 são funcionários da C.Vale e um é do Sindicato Dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias (Sintomage).

Todos os feridos foram encaminhados para hospitais.

Bombeiros trabalham para o resgate da última vítima que está embaixo dos grãos de milho em um dos silos.

Um trabalhador que estava entre os desaparecidos na explosão foi resgatado com vida após oito horas de buscas.

O que são os silos e como acontecem as explosões?

Segundo o engenheiro agrícola Valdir da Cruz de Oliveira, os silos são estruturas que podem ser metálicas ou de concreto, ou de ambos materiais e são utilizadas para armazenagem de grãos, como milho e soja.

Para a armazenagem nestes locais, antes os grãos passam por um processo de secagem para garantir nível de umidade definido pelo mercado.

Acidentes podem ser causadas pelo acúmulo de pó proveniente dos grãos armazenados, associado ao confinamento do local onde o mesmo está depositado, em contato com faíscas de equipamentos, por exemplo.

O que moradores da região viram?

Moradores da região afirmaram que sentiram o tremor causado pelas explosões. Em alguns casos, segundo as testemunhas, vidros das residências chegaram a quebrar.

Há relato de tremores em casas a cerca de 8 quilômetros de distância da cooperativa.

Como ocorreu a operação?

O Corpo de Bombeiros informou, na quarta, que montou uma força-tarefa para o resgate das vítimas. Segundo a instituição, foram disponibilizados mais de 35 socorristas e 7 cães de Palotina, Cascavel e Toledo, cidades do oeste do Paraná. Na noite de quarta, o governo estadual enviou, em dois aviões da Casa Militar, 14 bombeiros do Grupo de Operações de Socorro Tático (Gost), equipe especializada da corporação, além de dois cães. O capitão Rodrigues, do Corpo de Bombeiros, explicou que parte das vítimas estavam em um túnel que interliga os armazéns do silo na hora das explosões. Depois das explosões, as estruturas dos silos caíram sobre as vítimas, o que dificultou o trabalho de buscas dos bombeiros. Em nota, a Secretaria de Estado de Saúde informou que auxilia a Prefeitura de Palotina.

O que diz a C.Vale

Em nota, a C.Vale lamentou o caso, disse que está colaborando com as forças de segurança e que está mobilizada para preservar a integridade dos colaboradores atingidos. Afirmou, também, que vai apoiar os familiares das vítimas. **A cooperativa é considerada a 5ª maior do agronegócio na região sul do Brasil em vendas e a 2ª maior do Paraná.**

Consumo de cerveja sem álcool dispara no Brasil, vira tendência e deve chegar a quase 500 milhões de litros produzidos em 2023



As vendas de cervejas sem álcool ou com baixo teor alcóolico devem ultrapassar o volume de 480 milhões de litros no Brasil em 2023, representando um **crescimento de 24% com relação ao ano passado**. Segundo dados da Euromonitor Internacional, os números no Brasil e no mundo mostram que a categoria está ganhando cada vez mais relevância no mercado cervejeiro.

A Euromonitor International é uma empresa que pesquisa mercados globais e fornece análises de inteligência estratégica sobre setores, empresas, economias e consumidores do mundo todo.

Com base nesses dados, o g1 conversou com Márcio Maciel, presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), e com Gustavo Castro, diretor de inovação da Ambev.

Tecnologia e oferta de novos produtos

A tecnologia por trás da produção de cervejas sem álcool permite, cada vez mais, que o sabor entre uma cerveja comum e uma sem adição de álcool seja parecido. Márcio Maciel e Gustavo Castro explicam que o processo de fabricação das cervejas é o mesmo e que, ao final, é adicionada uma nova etapa para a retirada do álcool do líquido. Segundo os especialistas, a inovação por trás da técnica permite que o consumidor tenha acesso a um produto muito melhor que há alguns anos.

Entendendo que o consumo de cerveja sem álcool ou com baixo teor alcoólico é uma tendência sólida e em ascensão, ambos apostam que vale o investimento em novas opções ao consumidor.

 De acordo com a Euromonitor Internacional, as vendas de cervejas com baixo ou nenhum teor alcoólico superaram o volume de 6,5 bilhões de litros no mundo no último ano.

"O nicho do setor praticamente triplicou nos últimos quatro/cinco anos, é uma coisa que está reforçando a qualidade que o produto tem. É muito parecido, é uma tecnologia muito bem-vinda e combina com o **novo momento que estamos vivendo de mundo, cada vez mais as pessoas tem a consciência da necessidade da moderação**", diz o presidente executivo do Sindicerv.

A cerveja é a bebida alcóolica com a menor graduação alcóolica, composta com mais de 90% de água. A categoria low alcohol corresponde ao teor de álcool abaixo de 4%, normalmente encontrada no mercado com 3,5% de álcool.

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, ficando atrás apenas de China e Estados Unidos. Apesar disso, analisa Maciel, **o país é o 21º em consumo** — o que mostra que o consumo per capita é relativa baixo quando comparado com outros países.

Convite à moderação

Diretor de Inovação da Ambev, Gustavo Castro acredita que a combinação de demanda do consumidor com a qualidade de oferta que as empresas de cerveja estão conseguindo oferecer no mercado seja a composição para que o número de adeptos de cervejas sem álcool seja cada vez maior.

Ele comenta que dentro da mudança de comportamento dos consumidores, estão a busca por opções menos alcóolicas, mais saudáveis, sem glúten, com menos carboidratos ou com menos calorias, por exemplo. Mas isso, sem perder qualidade e sabor. "A gente vem percebendo uma tendência crescendo de opções de uma vida mais equilibrada. Não é sobre restrição, mas como fazer de uma forma mais equilibrada possível", avalia.

Para Castro, antes da pandemia de Covid-19, já era possível observar a busca de cervejeiros por novos rótulos e produtos. No entanto, ele defende que a pandemia acelerou esse processo de "mudança de comportamento das pessoas", que passaram a ter uma olhar mais voltado para a saúde — e caracteriza o momento como "um movimento de evolução".

Entre os perfis dos consumidores que passaram a consumir mais o produto, Castro fala que estão **pessoas que intercalam cerveja com e sem álcool no mesmo evento para evitar o exagero**, aqueles que estão com limitações de consumo do álcool e não querem deixar de "curtir" a ocasião ou até mesmo quem quer desfrutar do sabor sem ficar alcoolizado, como em um almoço durante o horário de trabalho.

Márcio Maciel lembra ainda que a Lei Seca completou 15 anos no Brasil no ano passado. Ele acredita que a implementação da fiscalização também tenha atuado na conscientização dos brasileiros sobre os perigos de beber e dirigir. "A cerveja zero álcool traz ao consumidor um convite à moderação", pondera.

Ele reforça, no entanto, que a cerveja sem álcool é voltada para pessoas que não tenham problemas com álcool ou questões de saúde em consumir a bebida.

Projeções para o mercado

De olho nas projeções da Euromonitor Internacional, o presidente do Sindicerv destaca alguns dados:

- ❑ Em 2019, o Brasil produziu 140 milhões de litros de cerveja zero. Com a previsão de fechar o ano em 480 milhões de litros, a produção mais que triplicará neste período.
- ❑ No mundo, o consumo de cerveja zero e low alcohol é de cerca de 3% do mercado.
- ❑ O Brasil segue a mesma tendência mundial. Em 2022, o país fechou o ano em 2.5% do consumo total.
- ❑ Em 2023, o Brasil deve encerrar o ano em 16.1 bilhões de litros produzidos de cerveja, sendo 480 milhões de cerveja zero álcool (3%).

A nova vida noturna: Geração Z está bebendo menos e indo para casa antes da meia-noite

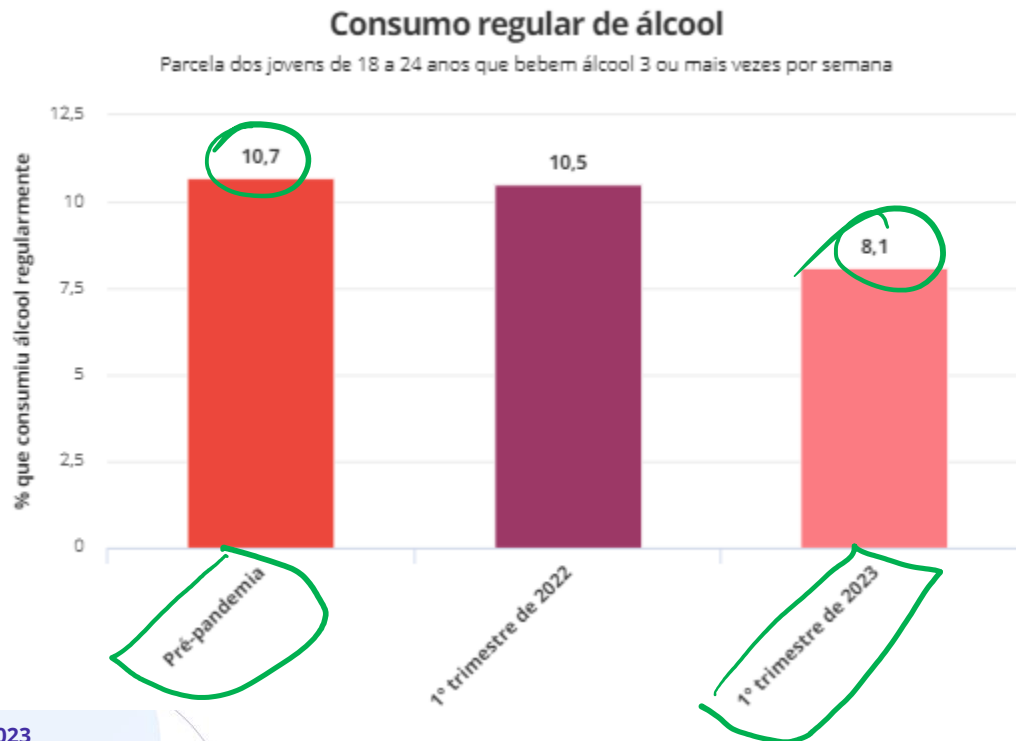


Virar a noite na balada, movido a álcool, pode estar se tornando coisa de gente mais velha.

Quem diria? Para muitos millennials - como se convencionou chamar os nascidos entre 1980 e 1995 -, conseguir atravessar uma madrugada de bebedeira é sinônimo de noite bem-sucedida. Lidar com dilemas morais e físicos no dia seguinte é uma consequência natural.

Mas dados de 2023 do Relatório Covitel, pesquisa sobre hábitos de saúde dos brasileiros, mostram que a vida noturna começa a mudar na geração Z - a dos nascidos de 95 a 2010.

Segundo o levantamento, a parcela de jovens de 18 a 24 anos que bebem álcool três ou mais vezes por semana caiu gradativamente desde o período pré-pandemia, de 10,7% para 8,1% neste ano.



Em 2023, pela primeira vez, o grupo dos mais jovens não teve a maior porcentagem no consumo regular de álcool. Foi superado pelas pessoas de 45 a 54 anos (9,1%) e de 55 a 64 (8,7%)



O levantamento foi feito com 9 mil pessoas de capitais e cidades do interior das cinco regiões do Brasil e, dentro da margem de erro, os números são considerados estáveis. A Vital Strategies, empresa que lidera a pesquisa, diz que são necessários novos estudos para confirmar uma tendência consistente de queda no consumo no país.

Mas o movimento já acontece de forma mais drástica em outras partes do mundo. "Em uma pesquisa de 2022, 23% dos jovens consumidores com mais de 18 anos na Europa Ocidental disseram que nunca bebem e apenas 1% disse que bebe diariamente", cita Mariana Santiloni, gerente de serviços para clientes da América Latina na WGSN, empresa que analisa comportamentos de consumo.

Nos Estados Unidos, o instituto de pesquisa de opinião Gallup concluiu que pessoas com 35 a 54 anos são as mais dispostas a beber álcool (70%), à frente da geração Z (60%) e dos baby boomers (52%).

Já um estudo de 2020 indicou que a parcela de jovens americanos abstêmios em idade universitária aumentou de 20% para 28% em uma década. Mariana explica:

"Enquanto outras gerações podem beber álcool para desestressar, a geração Z está se tornando a mais sóbria. Está priorizando a saúde e o bem-estar nas bebidas, procurando por ingredientes e marcas 'limpas'."

Reparou que as opções de cerveja sem álcool se multiplicaram nas prateleiras dos supermercados? "É um dos segmentos que mais crescem hoje dentro do universo das cervejas", diz Gustavo Castro, diretor de inovação da cervejaria Ambev.

A empresa tem investido pesado no lançamento e divulgação de bebidas sem álcool e reduzidas em calorias. Chegou a criar, em 2022, um produto que reúne essas características com uma infusão de vitamina D -- hormônio desenvolvido no organismo através da exposição ao Sol.

"As pessoas estão buscando uma vida mais equilibrada. Os nutricionistas falam para, se for consumir chocolate, escolher um com 70% de cacau. A mesma coisa funciona para a cerveja", explica Gustavo.

"Além disso, algumas barreiras sociais estão sendo quebradas: hoje há um aval importante para esse tipo de bebida, quando o consumo é feito em conjunto, entre amigos. Isso não acontecia antes."

Noites bem dormidas

O que poderia ser considerado careta no passado é o novo "cool". No Reino Unido, as chamadas festas "before midnight", que terminam antes da meia-noite, têm atraído adultos com compromissos pela manhã, mas também jovens amantes de noites bem dormidas.

"O autocuidado é tema central dessa mudança", diz Junior Passini, empresário conhecido da noite paulistana, sócio do Bar Alto, que tem na agenda fixa sua própria festa Antes da Meia Noite.

Começando no fim das tardes de domingo, o evento tem DJs tocando hits do pop, como qualquer balada comum, mas também oferece comidas elaboradas, lugares para sentar e, às 23h, frequentadores já podem estar em casa de pijama e pantufas, tomando um chá quente.

Ele enumera hábitos que se tornaram comuns na vida noturna da geração Z: "Tomar cuidado na noite anterior, para que o dia seguinte não seja prejudicado pela bebedeira, voltar mais cedo ou até preferir não ir a uma festa por algum compromisso com o bem-estar: a academia, por exemplo."

Um ambiente com bebida, música e estímulo à pegação já não é o suficiente para tirar os novinhos de casa. Mariana, da WGSN, diz que eles estão buscando "cultura, estética e experiências, em vez da devassidão".

Ter espaços "instagramáveis" virou regra para negócios da noite, festas passaram a usar recursos sensoriais e instalações artísticas para atrair público e alguns bares transformaram drinks em verdadeiros monumentos para fotografar.

'Cansaço rave'

A pandemia foi crucial para a mudança de ritmo na noite. Especialistas estão chamando de "cansaço rave" o sentimento de exaustão que muitos sentem ao tentar retomar os velhos hábitos de lazer.

Depois de dois anos no sofá de casa, passar a noite em pé interagindo com semiconhecidos pode não parecer mais tão relaxante e divertido.

"A pandemia de Covid acelerou o interesse em manter uma boa saúde e aumentar a imunidade; reduzir ou eliminar o álcool fazia parte disso, assim como beber em casa em 2020", lembra a analista de tendências da WGSN.

"Esperava-se que os jovens voltassem às casas de festas depois do isolamento, mas muitos ficaram em casa em 2022 por causa do aumento dos custos, dos novos hábitos de bebida e de um desinteresse geral pela vida noturna", ela continua.

"O cansaço rave dos jovens está passando, mas eles estão interessados em um tipo de cultura noturna e em festas diferentes das gerações anteriores."

1º cientista brasileiro a viajar para o espaço avaliará impacto da microgravidade no cérebro



O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação anunciou nesta semana que o pesquisador **Alysson Muotri**, professor na Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), nos Estados Unidos, **deve ser o primeiro cientista brasileiro a desenvolver experimentos na Estação Espacial Internacional (ISS, em inglês).**

A viagem está prevista para **novembro de 2024** e, **caso ocorra conforme o planejado, fará de Muotri o terceiro brasileiro a ir para o espaço. O primeiro foi Marcos Pontes** (atualmente senador pelo PL de São Paulo), **em 2016, e o segundo foi o engenheiro Victor Hespánha, no ano passado.**

O anúncio da viagem ocorreu após um encontro entre o pesquisador, a ministra Luciana Santos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto.

Formado em biologia na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com doutorado em genética na USP (Universidade de São Paulo), Muotri é um pesquisador renomado na área de neurociência.

Ele estuda o **desenvolvimento cerebral** há anos e **já enviou minicérebros — organoides criados em laboratórios por meio de células-tronco— para a ISS três vezes.**

Na missão mais recente, em julho de 2022, foram levados minicérebros derivados de pessoas com autismo, área de grande interesse do brasileiro, que além do cargo na UCSD é fundador da empresa de biotecnologia Tismoo, focada na saúde de pessoas com transtornos neurológicos.

Os experimentos revelaram que as células neuronais envelhecem mais rápido no espaço. Em um mês, elas envelhecem o equivalente a dez anos, de acordo com o cientista.

Na viagem de 2024, Muotri terá a oportunidade de viajar para a ISS e **analisar in loco o impacto da microgravidade nos minicérebros.**

A expectativa é de que, com a maior compreensão do fenômeno, **seja possível proteger o cérebro dos astronautas em longas missões.** Outro objetivo com os minicérebros é **investigar novas opções de tratamento para doenças como Alzheimer.**

"Estamos trabalhando com organoides para descobrir como o cérebro se desenvolve e, assim, poder entender como ele funciona, como o neurodesenvolvimento pode dar errado e como podemos prevenir ou corrigir isso", explicou Muotri em um vídeo sobre os estudos que desenvolve com sua equipe no laboratório da UCSD.

Os minicérebros são criados com as chamadas células iPS (ou células-tronco pluripotentes induzidas).

A partir de uma amostra de pele, por exemplo, os cientistas usam fatores especiais para fazer as células "voltarem no tempo", adquirindo uma versatilidade semelhante à das células-tronco embrionárias. Depois, empregam substâncias que fazem as células iPS se especializar em neurônios.

Aos poucos, esses neurônios se conectam e formam uma estrutura tridimensional que imita de forma simplificada a organização do córtex cerebral humano, daí "minicérebros".

Como a estrutura possui o mesmo material genético da pessoa que doou a amostra, é esperado que ela apresente os mesmos padrões de desenvolvimento do cérebro original, o que permite analisar variações nos neurônios ao longo do tempo e seu impacto no desenvolvimento de demências e do TEA (transtorno do espectro autista), por exemplo.

BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Além do anúncio da viagem, no encontro foi divulgada uma parceria entre a UCSD e a Ufam (Universidade Federal da Amazônia) para identificar, a partir da biodiversidade amazônica, compostos neuroativos que possam ser utilizados na área da saúde.

A cooperação tem duração prevista de cinco anos e também visa treinar cientistas brasileiros na produção de minicérebros.

"No laboratório, recebo alunos de todo o Brasil, e agora firmamos uma parceria com a Universidade do Amazonas. Isso é um grande passo para testarmos fármacos da biodiversidade local", comentou Muotri no encontro no Planalto.

"Esse projeto pode ser uma situação em que todos saem ganhando com a visibilidade e com os resultados", complementou. Na Ufam, o programa será coordenado pelos professores Spartaco Astolfi Filho e Robson Amorim.

"A velocidade das mudanças tecnológicas é muito grande, e precisamos inserir o país nas cadeias mais dinâmicas", disse a ministra Luciana Santos. "Esse é um assunto estratégico para enfrentarmos uma das áreas mais desafiadoras, que é a neurociência."

Raríssimo manto tupinambá que está na Dinamarca será devolvido ao Brasil; peça vai ficar no Museu Nacional



A Dinamarca vai devolver ao Brasil um manto tupinambá que está em Copenhague desde pelo menos 1699. A peça, considerada extremamente rara, será doada para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, pelo Museu Nacional da Dinamarca.

O manto é feito de penas vermelhas de guará costuradas em uma malha por meio de uma técnica ancestral do povo tupinambá. Mede cerca de 1,80 metro e tem 80 centímetros de largura.

Trata-se de um dos exemplares conhecidos que está mais bem preservado -- existem apenas outros dez desse tipo no mundo, produzidos entre os séculos 16 e 17. Todos estão atualmente em museus localizados em países europeus.

Segundo o museu dinamarquês, o manto poderá ser transferido de volta para o Brasil a partir de maio de 2024. Mas o diretor do Museu Nacional Alexander Kellner disse ao g1 que gostaria -- e está trabalhando para -- um retorno antes disso.

A doação da peça pela instituição dinamarquesa só foi possível graças ao envolvimento do embaixador brasileiro na Dinamarca, Rodrigo de Azeredo Santos, do Museu Nacional e da comunidade tupinambá da Serra do Padeiro, localizada na ainda não demarcada Terra Indígena Tupinambá Olivença (Bahia).

"A gente acredita que seja um ancestral. Não se trata de uma obra de arte, de um mero objeto", disse em entrevista ao g1 Glicéria Tupinambá.

Artista, Glicéria está completando sua formação em antropologia no Museu Nacional e vem realizando um trabalho de encontro e pesquisa dos mantos e outros artefatos de seus ancestrais junto às instituições europeias.

Segundo o museu dinamarquês, o manto poderá ser transferido de volta para o Brasil a partir de maio de 2024. Mas o diretor do Museu Nacional Alexander Kellner disse ao g1 que gostaria -- e está trabalhando para -- um retorno antes disso.

A doação da peça pela instituição dinamarquesa só foi possível graças ao envolvimento do embaixador brasileiro na Dinamarca, Rodrigo de Azeredo Santos, do Museu Nacional e da comunidade tupinambá da Serra do Padeiro, localizada na ainda não demarcada Terra Indígena Tupinambá Olivença (Bahia).

"A gente acredita que seja um ancestral. Não se trata de uma obra de arte, de um mero objeto", disse em entrevista ao g1 Glicéria Tupinambá.

'Preciosidade', 'valor incomensurável': a importância do manto

Paleontólogo, o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, afirma que desconhece uma peça que esteja fora do Brasil mais importante do que o manto tupinambá.

"Não tem mineral, não tem fóssil, não tem artefato que consiga ser mais importante que esse manto. Ele representa as primeiras populações brasileiras, é um artefato de uma das primeiras populações brasileiras. E, diferentemente por exemplo das múmias dos egípcios, que são muitas, os mantos são poucos", afirma Kellner.

Os Tupinambá foram um dos primeiros povos indígenas a ter contato com os europeus, após o início da invasão do território pelos portugueses em 1500. Eles habitavam várias aldeias ao longo de uma larga faixa do litoral atlântico e enfrentaram guerras de extermínio, tomada do território, escravização, conversão religiosa e a imposição da língua portuguesa. Mesmo assim, resistiram e, ainda hoje, lutam para manter sua identidade.

Registros europeus do século 16 e 17 mostram que os mantos eram usados pelos Tupinambá em importantes rituais. Muitos foram enviados à Europa por missionários jesuítas, outros foram roubados como espólio de guerra ou trocados num comércio desigual que favorecia os colonizadores.

Tratados como itens de valor em coleções reais, algumas peças chegaram a ser usados por nobres europeus. Uma grafia de 1599 mostra um integrante da corte de um duque alemão vestido com um manto vermelho numa procissão intitulada "Rainha da América". Outro aparece vestindo a princesa Sophie von Hannover, filha de um rei da Boêmia, em um retrato pintado à óleo em 1644.

"Eu vejo a nossa cultura como um pote que foi quebrado, espalhando vários caquinhos, vários fragmentos por todo o canto. Agora é o momento de a gente recolher esses fragmentos e recompor esse pote", afirma Glicéria Tupinambá. Para ela, encontrar os mantos e outros artefatos é uma oportunidade para que a cultura tupinambá seja vista em seu todo -- e não apenas em partes.

"A doação do manto Tupinambá configura algo radicalmente novo e que merece ser celebrado: é a primeira peça de incomensurável valor simbólico e artístico, um ícone da história do Brasil e de sua Antropologia, que regressa para o país e para a guarda das instituições nacionais", afirma, em nota, o Museu Nacional.

"Estamos muito honrados de poder contar essa preciosidade no nosso acervo. Temos compreensão da responsabilidade que temos não só de valorizar, mas de cuidar muito bem desse material, ainda mais depois da tragédia que nos aconteceu", diz o diretor da instituição. "Por isso, apelamos ao Ministério da Educação para que haja uma determinação específica no orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para manutenção do Museu".

Para o cacique Babau Tupinambá, de Olivença, o retorno do manto é histórico e pode fazer o Brasil repensar sua relação com os povos indígenas.

"Enquanto na Europa peças milenares são armazenadas, no Brasil destroem tudo, nossos sítios arqueológicos, e ainda querem criar um marco temporal para que a gente não possa acessar nossos direitos, especialmente nós indígenas do Nordeste", disse ele em entrevista ao g1.

O marco temporal está em discussão no Congresso Nacional e já foi aprovado em um projeto de lei pela Câmara dos Deputados. Ele estabelece que territórios só podem ser demarcados caso seja comprovado que já eram ocupados por indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Segundo a Constituição, os indígenas possuem direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e cabe à União demarcá-las. Não há, no texto constitucional, nenhuma exigência temporal de comprovação de ocupação.

Retorno do patrimônio cultural

Para Letícia Haertel, especialista em direito internacional do patrimônio cultural, o retorno de um dos mantos tupinambás se insere em um contexto maior de devolução e restituição de itens históricos de importância etnográfica, arqueológica e paleontológica.

"É imprescindível que autoridades e instituições públicas inaugurem canais de diálogo para receber este tipo de demanda e consolidem procedimentos para levá-los à esfera internacional", disse ela em entrevista ao g1.

Haertel faz parte de uma rede interdisciplinar de especialistas que apresentou uma proposta pela "conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro" no portal Brasil Participativo, plataforma do governo federal para a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027.

Recentemente, a Alemanha devolveu ao Brasil um fóssil de dinossauro que havia sido retirado ilegalmente do Ceará. A peça é considerada um holótipo, ou seja, tem importância ímpar para a paleontologia brasileira por servir de base para toda a descrição e identificação da espécie do dinossauro *Ubirajara jubatus*, que viveu há cerca de 110 milhões de anos na região do Cariri.

Poucas semanas depois da confirmação do retorno do fóssil, a Funai anunciou a devolução de 611 artefatos indígenas que estavam irregularmente no Museu de Lille, na França. As peças deveriam ter sido devolvidas ao Museu do Índio em 2009, o que não ocorreu. Agora, devem voltar a ser expostas pelo museu quando chegarem ao Brasil.

Para o Museu Nacional, o retorno do manto tupinambá é parte de um grande trabalho de recomposição da coleção etnográfica, depois do incêndio que atingiu o prédio em 2018.

Com curadoria de João Pacheco de Oliveira, a recomposição do acervo vem sendo realizada com participação ativa de povos indígenas e comunidades quilombolas.

"Nós vamos trabalhar com os Tupinambá para que eles nos ensinem como devemos tratar e exibir essa peça tão importante", diz Kellner.

Escuta do manto

A primeira vez que Glicéria Tupinambá viu o manto vermelho que agora retornará de Copenhague foi através de uma projeção durante uma oficina, em 2006.

"Queríamos que aquela imagem do manto projetada na parede entrasse na gente. A gente ficava que nem mariposa na luz", relembra ela.

Na época, Glicéria estava trabalhando na composição de um novo manto tupinambá como forma de agradecimento a entidades sagradas, os Encantados, pelo processo de retomada do território indígena. Por meio de fotos, ela vinha tentando entender a técnica para fazer a trama dos mantos da mesma forma que era feita por seus antepassados.

"Eu fui entendendo a questão do ponto, que é o ponto do jereré, que as mulheres tupinambá utilizam para fazer instrumentos de pesca. Só duas mulheres sabiam fazer esse ponto na aldeia, minha madrinha de 97 anos e minha prima de 78 anos. Mulheres detentoras de um saber que está quase extinto", conta ela.

O primeiro manto que Glicéria teve oportunidade de conhecer pessoalmente está -- ainda -- na França. "Eu quero ver o avesso", disse ela à equipe do museu parisiense, em 2018. "O pessoal fica muito ligado na cor da pena, mas eu queria entender a malha, a técnica, ver o avesso".

Mas não só isso. Glicéria também queria escutar o manto. "O manto fala comigo. A gente tem uma relação ancestral", explica ela. "Sei que para quem passou a vida inteira ouvindo que objetos não falam, eu pareço uma pessoa louca. Mas eu venho de um contexto de aldeia, e a gente entende que os objetos não são simplesmente objetos, ainda mais quando se tratam de vestimentas usadas no ambiente religioso".

Glicéria conta que, na ocasião, o manto mostrou à ela três imagens: "Uma quando ele estava dentro do território, eu via mulheres, crianças, as penas, a feitura. Outra imagem que ele me apresenta era ele dentro de uma embarcação, as pessoas na margem. Eu podia sentir a areia nos meus pés e ver a embarcação sumindo no fio do horizonte. E, depois, eu vejo esse manto saindo da embarcação e desaparecendo por uma viela escura".

Quatro anos depois, em 2022, ela esteve em Copenhague, onde o Museu Nacional da Dinamarca lhe apresentou cinco mantos lá guardados: três pequenos e dois grandes -- um deles é o que retornará ao Brasil.

Diante das penas vermelhas, ela se emocionou ao ouvir o manto expressar seu desejo de retornar. "Ele agora precisa de outro cuidado, um cuidado que seu povo precisa dar, os rituais necessários para a vitalidade dele", diz ela.

Segundo o cacique Babau, os tupinambá de Olivença não pretendem pedir a restituição ou o retorno de todos seus artefatos espalhados pela Europa -- flautas, bordunas, arcos, flechas, potes, cachimbos, entre outros.

"Eu sou contra retirar tudo dos museus de lá. Mas eu vislumbro que outros países da Europa possam pensar em mandar para a Bahia um dos nossos mantos", diz ele.

Mantos espalhados pela Europa

No total, são 11 mantos tupinambá de localização conhecida. Segundo Glicéria, outros dois estão perdidos.

Os mantos registrados estão distribuídos pela Europa da seguinte forma:

- ☐ 1 em Paris, na França
- ☐ 1 em Bruxelas, na Bélgica
- ☐ 1 em Basiléia, na Suíça
- ☐ 1 em Milão, na Itália
- ☐ 2 em Florença, também na Itália
- ☐ 5 em Copenhague, na Dinamarca -- um deles é o que retornará ao Brasil.

O que sabemos sobre a operação em Guarujá para prender o “sniper do tráfico” pela morte do policial da Rota



A Operação Escudo, realizada no fim de semana pela Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) em Guarujá, para prender o “sniper do tráfico” após a morte do PM Patrick Bastos Reis, de 30 anos, membro das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), deixou ao menos oito mortos, de acordo com o governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Entretanto, segundo a Ouvidoria da Polícia de São Paulo, 10 pessoas foram mortas na ação na Baixada Santista. Durante coletiva nesta segunda-feira (31), o secretário da Segurança Pública do estado, Guilherme Derrite, confrontou a informação da Ouvidoria e disse que ela “não procede”.

No domingo (30), Tarcísio afirmou nas redes sociais que o autor do disparo que matou o PM, conhecido como “sniper do tráfico” havia sido capturado na zona sul da capital paulista. “A justiça será feita. Nenhum ataque aos nossos policiais ficará impune”, escreveu o governador.

O que se sabe sobre o caso

Patrick Bastos Reis, de 30 anos, morreu na quinta-feira (27) durante uma operação na Baixada Santista, após ser atingido por um tiro à longa distância;

De acordo com a inteligência da polícia, o disparo que matou o soldado Reis foi feito a uma distância entre 50 e 70 metros, do alto de uma comunidade em Guarujá, na Baixada Santista. Os policiais foram atacados quando patrulhavam o bairro Vila Zilda;

A morte desencadeou uma grande operação policial no litoral nos últimos dias, depois de a morte do PM da Rota ter causado comoção entre os policiais. Participaram da ação 600 agentes de equipes especializadas das polícias Civil e Militar paulista;

No domingo (30), o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou nas redes sociais que o autor do disparo que matou Reis havia sido capturado na zona sul da capital paulista;

Em coletiva nesta segunda-feira (31), Tarcísio disse que a Operação Escudo deixou ao menos oito mortos. O número é questionado pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo, que aponta 10 mortos na ação.

Tarcísio nega excesso da polícia

Ainda durante a coletiva, Tarcísio negou que tenha havido excessos na operação. “Não houve excesso. Houve uma atuação profissional, que resultou em prisões. E nós vamos continuar com a operação”, disse o governador;

Segundo o secretário da Segurança Pública estadual, Guilherme Derrite, o número de mortos informado pela Ouvidoria “não procede”;

Tarcísio também acrescentou que houve 10 prisões na operação: “Aqueles que resolveram se entregar à polícia foram presos, foram apresentados à Justiça.”

Ouvidoria vai pedir imagens das câmeras dos PMs

Em entrevista à CNN, o ouvidor das polícias de São Paulo, Claudio Aparecido da Silva, disse que moradores da Baixada Santista denunciaram uma abordagem violenta por parte dos policiais que atuaram na operação em Guarujá;

Além disso, o ouvidor declarou que irá pedir as imagens das câmeras utilizadas pelos policiais. “Tem violações físicas, psicológicas, invasões de residência sem mandado judicial, policiais encapuzados invadindo residências e uma série de outros aspectos”, acrescentou.

Cinco morrem em rebelião que durou mais de 24 horas em presídio do Acre



Cinco pessoas morreram durante uma rebelião que durou mais de 24 horas no presídio de segurança máxima Antônio Amaro Alves em Rio Branco. O fim do motim foi anunciado nesta quinta (27) pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

A pasta afirmou ainda que dois reféns, um policial penal e um detento que trabalhava como faxineiro, foram liberados.

Forças de segurança no estado iniciaram na manhã desta quinta (27) negociação para tentar a rendição dos detentos, que se rebelaram na manhã desta quarta (26).

Contatos na tentativa de fim da rebelião foram feitos também na quarta, sem sucesso.

Na manhã desta quinta, foi informado pelo governo que havia ambulâncias do Samu nas proximidades do presídio e que todo o aparato do IML (Instituto Médico Legal) estava estruturado.

Também estavam próximos ao presídio o Gpoe (Grupo Penitenciário de Operações Especiais) e Bope (Batalhão de Operações Especiais). O objetivo, conforme o gabinete de crise montado por causa da rebelião era "reforçar ações de segurança".

"O coordenador criminal da Defensoria Pública do Estado, Gustavo Medeiros, e o promotor de Justiça Tales Tranin, que atua na 4ª Promotoria Criminal, também estão no local auxiliando nas negociações com os rebelados para dar fim à rebelião", disse nota assinada pelo secretário de Justiça e Segurança Pública do Acre, coronel José Américo Gaia, na manhã desta quinta.

Segundo o governo estadual, um policial penal acabou ferido. Ele foi atingido por um tiro de raspão na região do globo ocular e teve de ser encaminhado ao pronto-socorro de Rio Branco. No início da noite, o agente estava em estado estável, sem risco de morte.

Ainda conforme o governo, dois presos ficaram feridos durante conflito interno entre detentos de organizações criminosas rivais e foram encaminhados ao pronto-socorro, sendo que um deles havia recebido alta.

COMO FOI A REBELIÃO

A rebelião teria começado por 26 presos quando policiais penais faziam inspeção de segurança em um dos pavilhões. Por volta das 19h30 desta quarta, o governo estadual disse em nota que o governador em exercício, Luiz Gonzaga, havia solicitado ao Ministério da Justiça a presença da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) para dar apoio no restabelecimento da ordem no presídio.

No documento, encaminhado ao ministro da Justiça, Flávio Dino, o governo pediu o envio de 40 policiais penais para reforçarem as ações em curso e garantir a integridade física dos servidores e detentos da unidade prisional.

No Twitter, Dino afirmou que, por causa da crise no sistema penitenciário do Acre, havia colocado forças de segurança do governo federal à disposição.

A Senappen informou nesta quinta ter mobilizado equipe de apoio para auxiliar o estado.

"A secretaria enviou operadores de inteligência que estão acompanhando de perto os acontecimentos. Além disso, cerca de 40 operacionais altamente capacitados da Força Tarefa da Senappen estão prontos para serem deslocados para a região, com o objetivo de reforçar as ações de controle da situação e garantir a segurança dos envolvidos, caso necessário", disse a secretaria.

Suíça anuncia doação ao Fundo Amazônia sem citar valor



A Suíça anunciou nesta quarta-feira, 5, **que fará contribuições ao Fundo Amazônia. O país se tornou, assim, o quarto novo doador anunciado em 2023.**

Representantes do governo suíço, no entanto, não revelaram os valores do aporte inicial, que vem sendo negociado entre o país europeu e o Brasil.

O conselheiro federal da Suíça, Guy Parmelin, confirmou a decisão de aderir ao Fundo Amazônia ao participar da abertura do Fórum Brasil-Suíça de Investimentos e Inovação em Infraestrutura e Sustentabilidade, no Palácio do Itamaraty.

"A partir de hoje, aprimoraremos nosso engajamento. Tenho o prazer de anunciar que a Suíça vai contribuir para o Fundo Amazônia", disse Guy Parmelin.

"A primeira contribuição será nas próximas semanas. Queremos lançar essa parceira com o Brasil e outros países."

O embaixador da Suíça, Pietro Lazzeri, disse ao Estadão que as cifras serão definidas nos próximos dias. Segundo ele, os detalhes devem ser anunciados até a semana que vem, de comum acordo entre o Ministério da Economia da Suíça e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

"Uma primeira contribuição imediata tem o objetivo de iniciar uma cooperação de longo prazo com esse importante instrumento e destacar o apoio da Suíça ao compromisso ambiental do Brasil", disse Lazzeri. "A contribuição suíça reforça nossos compromissos existentes, como o financiamento de fundos globais para o clima (GEF e CIF), o apoio ao Fundo Amazônia e outros programas em prol da sustentabilidade."

A Suíça era um dos países que já estudavam, há alguns anos, ingressar na lista de doadores do fundo e vinha em negociações com autoridades brasileiras. O Fundo Amazônia é o mecanismo de obtenção de recursos mais prestigiado pelo governo Lula.

Os embaixadores têm sido orientados a indicar a preferência para que recursos sejam alocados no Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES. O dinheiro é depositado mediante a confirmação de efetiva redução de desmatamento alcançada pelo Brasil.

Neste ano, outros três novos doadores já haviam se comprometido a destinar recursos: os Estados Unidos (US\$ 500 milhões), o Reino Unido (80 milhões de libras esterlinas) e a União Europeia (20 milhões de euros). Nenhuma nova contribuição, porém, foi efetivada até o momento.

Além disso, a Alemanha anunciou em janeiro novo aporte ao fundo, no total de 35 milhões de euros, dentro de um pacote mais amplo de 203 milhões de euros, em iniciativas ambientais e climáticas no País. A Alemanha é o segundo maior doador histórico do Fundo Amazônia - atrás apenas da Noruega.

Desde sua criação em 2008, o Fundo Amazônia já arrecadou efetivamente R\$ 3,3 bilhões. As maiores contribuições vieram da Noruega e da Alemanha, além de uma parcela da Petrobras.

Desmatamento na Amazônia cai 33,6% no primeiro semestre



O desmatamento na Amazônia caiu 33,6% no primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado, indicam dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados nesta quinta-feira (06/07) pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Os números são considerados preliminares e foram coletados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Inpe, que monitora alterações na cobertura florestal.

De acordo com o Deter, o acumulado de alertas de desmatamento na Amazônia foi de 2.649 km² entre janeiro e junho, frente a 3.988 km² nos primeiros seis meses de 2022. Esta é a menor área devastada no período desde o primeiro semestre de 2019 (2.446 km²).

A queda verificada no primeiro semestre deste ano se sucede a uma alta de 54% registrada na segunda metade de 2022, quando a área sob alertas de desmatamento foi de 4.803 km².

O balanço apresentado para o primeiro semestre também mostra que Mato Grosso superou o Pará como estado com maior área sob alerta de desmatamento, com 34% do total contabilizado.

Amazônia tem melhor junho desde 2018

Somente em junho de 2023, considerado um dos meses de maior risco de desmatamento por estar no período seco, a queda na devastação chegou a 41% em comparação com o mesmo mês de 2022, passando de 1.120 km² para 663 km².

O desmatamento no sexto mês deste ano foi o menor para junho desde 2018 (488 km²), antes da presidência de Jair Bolsonaro.

Embora não tenha a finalidade de medir com precisão áreas desmatadas, o Deter aponta tendências com o objetivo de orientar a fiscalização. A taxa anual de desmatamento é medida sempre de agosto a julho por outro sistema do Inpe, o Prodes, e deverá ser divulgada somente em novembro.

Devastação em alta no Cerrado

No Cerrado, o Inpe verificou uma queda de 14,6% na devastação em junho frente ao mesmo mês do ano passado (de 1.026 km² para 876 km²).

Na comparação semestral, no entanto, houve uma alta de 21% em relação aos primeiros seis meses de 2022 (de 3.638 km² para 4.408 km²). O desmatamento superou o recorde anterior, de 2018, quando 3.774 km² foram devastados nos primeiros seis meses do ano, segundo o Deter.

No caso do Cerrado, 81% do desmatamento está concentrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia, conhecidos como região Matopiba. Entre eles, o maior peso está na Bahia, que concentra 28% das áreas sob alerta no bioma.

Mais fiscalização

Durante a apresentação dos números do Deter, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu seu terceiro mandato "com a decisão política de fazer um enfrentamento da questão da mudança do clima e do combate ao desmatamento, para alcançar desmatamento zero até 2030".

O novo governo assumiu com o desafio de enfrentar uma alta da criminalidade e da impunidade na Amazônia, uma política ambiental desestruturada e órgãos de fiscalização paralisados e enfraquecidos deixados como herança por Bolsonaro.

"A redução do desmatamento na Amazônia se deve a um conjunto de ações de comando de controle que vão desde o aumento da fiscalização e dos embargos pelo Ibama a uma ação coordenada junto com os estados e a um processo de dissuasão que vem sendo feito, mostrando que não haverá conivência com a criminalidade", disse Marina.

Na apresentação dos dados, o Ibama apontou que o número de autos de infração neste semestre subiu 166% na Amazônia, para 3.341, com a aplicação de R\$ 2,3 bilhões em multas. Já no Cerrado, foram 417 autos de infração, com R\$ 113,8 milhões em multas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por sua vez, aplicou 1.141 autos de infração na Amazônia no primeiro semestre, o que representa um aumento de 348% em relação à média dos primeiros semestres dos quatro anos anteriores, com R\$ 125 milhões em multas. Já no Cerrado, foram 56 autos de infração e R\$ 13,4 milhões em multas.

Juntos, os dois órgãos de fiscalização apreenderam mais de 6 mil cabeças de gado em área de desmatamento ilegal na Amazônia.

Alta das queimadas

Paralelamente à queda do desmatamento, as queimadas aumentaram no mês de junho no país, segundo dados do sistema BDQueimadas, do Inpe.

Na Amazônia, foram 3.075 focos de incêndio registrados, uma alta de 20% frente a junho de 2022 e o maior número para o mês dos últimos 16 anos. No Cerrado, foram 4.472 focos de incêndio em junho deste ano, o que significa uma alta de 5,4% na comparação anual e o número mais alto registrado desde 2010.

O número de focos de incêndio na Amazônia aumentou exponencialmente nos últimos meses, de 768 em abril para 1.692 em maio e 3.075 em junho, e deve continuar aumentando. Isso porque julho marca o início do período seco na região (julho a outubro), quando os focos de incêndio costumam disparar.

Além disso, espera-se que os incêndios florestais aumentem ainda mais este ano em decorrência dos efeitos do fenômeno El Niño, que deve deixar a região ainda mais seca e com menos chuvas.

De acordo com o Inpe, a Amazônia acumulou 8.344 queimadas no primeiro semestre deste ano, número 10% maior do que o registrado nos primeiros seis meses de 2022 (7.533) e o maior para o período nos últimos quatro anos, ficando atrás apenas do medido entre janeiro e junho de 2019 (10.606).

No Cerrado, foram 10.322 focos de incêndio registrados no primeiro semestre de 2023. Do total de 23.356 focos registrados em todo o Brasil nos primeiros seis meses deste ano (número 3% maior do que no mesmo período de 2022: 22.670), 44,2% foram detectados no Cerrado e 35,7% na Amazônia.

Morre João Donato, que uniu bossa nova e música latina e revolucionou o som do Brasil



Sentado ao piano, João Donato, morto aos 88 anos, nesta segunda-feira, dia 17, transcendeu a existência pela linguagem artística que criou. A vocação primeira de sua música era ser, ela mesma, uma celebração à felicidade. **Pianista** extraordinário e um dos maiores nomes da história da música popular brasileira, Donato legou às novas gerações da MPB o balanço da bossa e a alegria de estar aqui e agora, encantado pela natureza brasileira.

Transpondo a síncope para o teclado, Donato alcançou um estilo inconfundível de tocar piano. **Nota por nota, fundiu as premissas estéticas da bossa nova a ritmos caribenhos, promovendo um diálogo entre a música brasileira e o mambo, a salsa e o chá-chá-chá. Entre o jazz americano e os tambores cubanos, Donato integrou o Brasil na América, reafirmando sua posição como país tropical.**

Ao longo da carreira, preferiu a simplicidade como vetor criativo. Seu maior sucesso, "A Rã" aparece como "The Frog" no disco "A Bad Donato", de 1970. Quatro anos mais tarde, a composição ganharia letra de Caetano Veloso e seria interpretada por Gal Costa em seu disco "Cantar". No mesmo trabalho, Gal gravou "Flor de Maracujá", criação de Donato com seu irmão caçula, Lysias Enio.

O artista havia estabelecido os alicerces de sua música em "Quem é Quem", álbum clássico lançado em 1973. Ali, já se ouve a fusão dos ritmos latinos com o estilo cool da bossa nova em "Amazonas" (faixa gravada originalmente como "Amazon", em "The New Sound of Brazil", de 1965). Além da simplicidade, a música de Donato parecia soar naturalmente, sem um esforço construtivista.

Em 1975, o artista lançou o disco "Lugar Comum", com os sucessos "Bananeira" e "Emoriô", esta composta com Gilberto Gil. A melodia repetitiva, o suingue latino e as letras, quase monossilábicas, acentuando cada sílaba tônica, reforçavam a autossuficiência do gingado tirado do piano. Com Gil, Donato criaria ainda a canção "A Paz", em que seu jeito de bon vivant se casava com a espiritualidade zen do músico baiano.

Em 1982, Caetano se juntou a Donato para compor "Surpresa", incluída no álbum "Cores, Nomes". Cinco anos depois, o pianista ainda criou "Cadê Você?", música em parceria com Chico Buarque, presente no álbum "Francisco".

Nascido em Rio Branco, no Acre, Donato conviveu com a música desde pequeno. Seu pai, um major da aeronáutica, tocava bandolim nas horas vagas. Sua mãe gostava de cantar, e a irmã mais velha sonhava em ser pianista. Aos 5 anos, ele recebeu um acordeão de presente. Três anos depois, compôs sua primeira música, a valsa "Nini".

Em 1945, a família se transferiu para o Rio de Janeiro, onde Donato passou a frequentar os bailes colegiais da Tijuca. Na época, tentou ficar famoso no programa de Ary Barroso, mas nem sequer foi ouvido. Aos 17 anos, Donato namorou Dolores Duran. Como a cantora era bem mais velha, o relacionamento causou polêmica —e o afastamento do casal.

Pouco a pouco, Donato se aproximou da bossa nova. Participou dos fãs clubes Frank Sinatra-Dick Farney e Lúcio Alves-Dick Haynes. Frequentou as boates de Copacabana, e foi convidado por Tom Jobim a gravar seu primeiro disco, "Chá Dançante", de 1956. Num primeiro momento, sua música não foi bem compreendida pelo público.

Sem sucesso no Brasil, resolveu fazer uma turnê nos Estados Unidos, aceitando um convite do violonista Nanai. Em 1959, se apresentou com a banda que acompanha Carmen Miranda, numa excursão pelo interior. Ficou sozinho e sem dinheiro em Los Angeles, chegando a ser expulso do apartamento onde morava. Foi salvo pelo baterista cubano Armando Peraza, que o ajudou a superar as dificuldades financeiras.

Donato passou a tocar com expoentes da música latina, como Johnny Martinez, Mongo Santamaría e Eddie Palmieri. Nesse momento, ele se impressionou com a riqueza da música caribenha e entendeu que estava mesmo destinado a unir o mambo à bossa nova. Tempos depois, se apresentou com João Gilberto pelo continente europeu.

De volta aos Estados Unidos, chegou a tocar com Chet Baker, expoente do cool jazz, o guitarrista Wes Montgomery e o maestro Nelson Riddle. Na época, passou a ser idolatrado até mesmo no Japão. Donato voltaria a morar no Brasil em 1972. Depois de um interlúdio dos estúdios, o artista lançou impressionantes 25 álbuns entre 1996 e 2022. No fim da vida, conseguiu renovar a popularidade entre os mais jovens, apostando num diálogo artístico com as novas gerações.

Em 2017, o balanço da bossa ganhou uma roupagem moderna no disco "Sintetizamor", lançado em parceria com seu filho, Donatinho. Em 2021, se juntou a Jards Macalé para gravar "Síntese do Lance", que originou os últimos shows de sua carreira. A faixa de abertura, "Côco Táxi", que louva a vida em Cuba, mostrando a referência ao gingado autossuficiente de sua música. "Coco táxi/ Coco louco/ É nesse balanço bom que eu fico louco".

No ano passado, Donato concebeu "Serotonina", primeiro disco com canções inéditas em duas décadas. "A cabeça no ar/ E os pés no chão/ Na terra, mar e ar/ Imensidão/ Eu gosto mais de sim/ do que de não/ Com a paz de Oxalá/ No coração". Para Donato, só existia o presente. Do mesmo modo, as músicas eram, autorreferentes. As letras falavam da própria música, de modo que o autor reduzia ao som tudo o que estava ao seu redor.

Nas apresentações, artista e plateia comungavam do mesmo transe, o encantamento pela natureza, "o mar, o ar, a imensidão". Se só existia a música, esse "balanço bom que eu fico louco", Donato encontrou, nas teclas de seu piano, a paz, morrendo numa alegria desmesurada de viver, preferindo sempre o sim ao não.

Duas estrelas da MPB



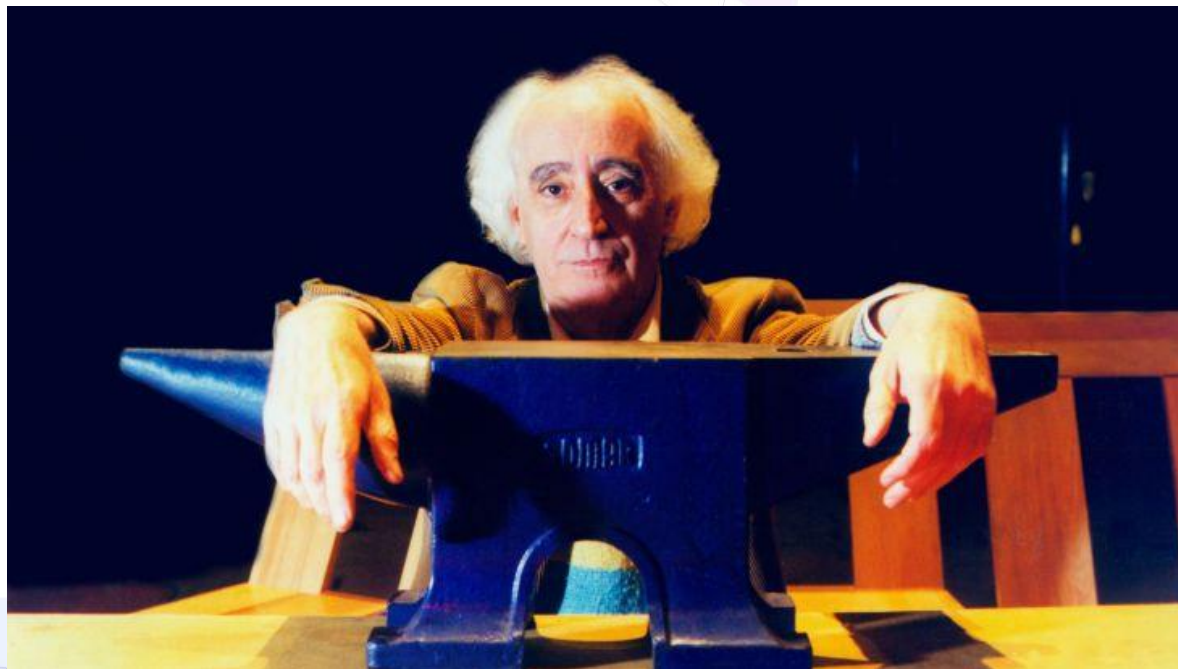
A música popular brasileira está de luto desde a última segunda-feira, 24, por conta das mortes das cantoras **Leny Andrade**, aos 80 anos, e **Dóris Monteiro**, aos 88. **As duas foram vozes femininas potentes surgidas no final dos anos 50 e início dos anos 60, marcando a cena musical brasileira por conta do surgimento da bossa nova e deram grande contribuição para a MPB.** As duas eram muito amigas.

Leny Andrade deixou uma lista de interpretações marcantes, dando toques jazzísticos a obras de grandes nomes do cancionero nacional. Doris Monteiro foi uma das precursoras da bossa nova, com um canto baseado em divisões rítmicas inovadoras. Leny e Dóris morreram no Rio de Janeiro.

Leny faleceu em decorrências de complicações após uma pneumonia. A cantora era considerada a diva do jazz brasileiro, mas foi também uma grande referência para a bossa nova, para o samba-jazz e para a MPB.

Já Dóris Monteiro morreu de causas naturais. ela era considerada uma das mais expressivas intérpretes da transição do samba-canção para a bossa nova no final dos anos 50. E gravou diversos autores da MPB, como Wilson Batista, Tom Jobim, Dolores Duran, Antônio Maria, Vinícius de Moraes, Roberto Menescal, Ronaldo Bôscoli e Carlos Lyra.

Dramaturgo Zé Celso Martinez morre aos 86 anos



O **diretor, escritor, ator e dramaturgo José Celso Martinez Corrêa** morreu aos 86 anos nesta quinta-feira (6), em São Paulo. Ele estava internado no Hospital das Clínicas, na capital paulista, após um incêndio atingir o apartamento onde morava, no bairro do Paraíso, na madrugada de terça (4).

Um dos mais importantes expoentes do teatro brasileiro, **Zé Celso criou o Teatro Oficina** e dirigiu peças relevantes como “O Rei da Vela”, de Oswald de Andrade, e “Roda Viva”, de Chico Buarque.

Quem é Zé Celso

José Celso Martinez Corrêa nasceu em Araraquara, no interior do estado de São Paulo, em 30 de março de 1937.

Se mudou para a capital paulista e estudou Direito na Universidade de São Paulo (USP) entre 1955 e 1960.

Lá, integrou o grupo de teatro da faculdade, onde conheceu outros artistas com quem fundou, em 1958, o Grupo Oficina.

Entre algumas peças dos primeiros anos do grupo estão “Vento forte para papagaio subir” (1958), “A incubadeira” (1959) e “Os pequenos burgueses”, de Máximo Górkki.

Em 1966, porém, um incêndio atingiu o Teatro Oficina, que precisou ser reformado.

Após a reconstrução, em 1967, Zé Celso fez a montagem de uma peça que o consagrou como um dos **grandes nomes do Tropicalismo brasileiro na dramaturgia**: “O Rei da vela”, escrita por Oswald de Andrade. Em 1968, dirigiu outra de suas mais famosas peças: “Roda Viva”, com texto de Chico Buarque.

Com fama e relevância crescente, o dramaturgo precisou se exilar em 1974, durante a Ditadura Militar. Zé Celso foi para Portugal, onde fez dois documentários: “O parto”, sobre a Revolução dos Cravos, e “Vinte e cinco”, sobre a independência de Moçambique. Apenas em 1978 ele retornou para São Paulo, começando um movimento para manter aberto o Teatro Oficina.

Rebatizado como Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona, o local foi tombado em 1982 e reinaugurado em 1983. O novo espaço precisou de mais 10 anos para ser concluído, tendo projeto arquitetônico de Lina Bo Bardi.

Ícônico pela distribuição interna, o Teatro Oficina possui um largo corredor e “andaimes”, nos quais os artistas muitas vezes se equilibram durante peças. Em alguns projetos, a arte deixa o teatro e invade a rua próxima.

As peças “O Rei da vela” e “Roda Viva” foram adaptadas e reapresentadas em 2017 e 2019, respectivamente. Em 1987, o único irmão de Zé Celso, Luís Antônio Martinez Corrêa, foi assassinado. Ele também era diretor e ator, estando em ascensão quando faleceu.

O Teatro Oficina

A companhia teatral liderada por Zé Celso é uma das principais e mais longevas da história do país. A sede homônima é tombada como patrimônio histórico nas esferas municipal, estadual e federal.

O Teatro Oficina foi formado em 1958 por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito da USP, do Largo São Francisco. Entre eles, além de Zé Celso, Amir Haddad, Renato Borghi, Fauzi Arap, Ítala Nandy, Etty Fraser e outros.

Em 1961, a companhia se estabeleceu na tradicional sede, até então do Teatro Novos Comediantes, na rua Jaceguai, na região do Bixiga, em São Paulo.

Como relembra o portal “Memórias da Ditadura” (projeto realizado pelo Instituto Vladimir Herzog), na primeira fase da ditadura, o Oficina “fez montagens políticas, procurando tirar o público de sua posição de conforto. Os espetáculos cobravam uma participação ativa da plateia, chegando a provocar incômodos”.

O teatro fechou temporariamente, em 1966, após ser completamente destruído internamente por um incêndio. Zé Celso e o teatro sempre denunciaram a autoria do episódio a grupos paramilitares, que ameaçavam o setor cultural da época.

O incêndio foi a ignição que impulsionou a reabertura do Oficina, reconstruído, em 1967, com a montagem da peça “O Rei da Vela”, de Oswald de Andrade, que virou marco transgressor da época e lançou a companhia ao tropicalismo.

No ano seguinte, uma das principais montagens da história do Oficina é feita: a primeira obra para teatro de Chico Buarque, “Roda Viva”.

“O grupo traz [em “Roda Viva”] uma encenação carregada de crítica social e possibilidades de subverter as práticas do palco e enfrentar as instituições políticas repressivas da época”, pontua a enciclopédia do Itaú Cultural.

Zé Celso foi detido em 1974 e se exilou em Portugal, retornando ao Brasil em 1979. Nesse período, o grupo ficou inativo.

Ao longo da década de 1980, nos últimos anos do regime militar, o Oficina focou na realização de oficinas, leituras e eventos de pequeno porte e pesquisas para novos rumos do grupo, se afastando das grandes montagens anteriores ao exílio de Zé.

Também nessa época, a sede e companhia passa a se chamar Teatro Oficina Uzyna Uzona e é iniciado o projeto de reforma arquitetônica pelos arquitetos Lina Bo Bardi e Edson Elito, que se mantém até os dias de hoje.

O projeto de Bo Bardi e Elito foi considerado por críticos de arquitetura do jornal The Guardian, em 2015, o melhor teatro do mundo: “Um espaço longo e estreito, semelhante a uma rua, na carcaça queimada de um antigo teatro, vigiado por uma parede de galerias construídas com andaimes.”

A partir de então, o grupo se dedicou muito à adaptação de textos originais adaptados à realidade política e social de momento do país, “em benefício da incorporação de material autobiográfico, dos integrantes ou do próprio Oficina” – um movimento de “antropofagia orgiástica” ou “tragicomédiaorgya”, como define Zé Celso.

Em 2017, o grupo remontou “O Rei da Vela”, trazendo o fundador do Oficina Renato Borghi de volta ao papel do protagonista Aberlado I. Em 2019, Roda Viva também foi remontada em uma temporada de ingressos esgotados.



Estratégia
Concursos



GRATIDÃO!



Estratégia
Concursos